

**Nº 17 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 16 de Agosto
de 2010. -----**

Aos dezasseis dias do mês de Agosto do ano dois mil e dez, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com as presenças dos Vereadores Sr. Sra. Dr.^a Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, Sr. Dr. José Fernando Carvalho Montanha, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, e o Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Director de Departamento de Administração Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram quinze horas e quinze minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de onze de Agosto do corrente ano. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - AUSÊNCIA DO VEREADOR, ARQT. ANTONIO CANDIDO MONTEIRO CABELEIRA.

O Vereador Arqto. António Cândido Cabeleira Monteiro, esteve ausente da presente reunião ordinária do executivo camarário, em virtude de se encontrar no gozo de férias. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

II - AUSÊNCIA DO VEREADOR, ENG. NUNO ARTUR ESTEVES FERREIRA RODRIGUES. -----

O Vereador, Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, esteve ausente da presente reunião ordinária do executivo camarário, em virtude de se encontrar no desempenho da sua actividade profissional. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, justificar a referida falta. -----

III - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO. INFORMAÇÃO DA DGFEP. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, a qual se anexa à presente acta. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

IV - PUBLICAÇÃO E ENTRADA EM VIGOR DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS. DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2ª SÉRIE Nº. 151, DE 05 DE AGOSTO DE 2010;- OPERACIONALIZAÇÃO PARCIAL DA NOVA ESTRUTURA

ORGÂNICA E SUAS IMPLICAÇÕES AO NÍVEL DA EFECTIVA OCUPAÇÃO DOS CARGOS DIRIGENTES MUNICIPAIS. DESPACHO N.º. 22/GAPV/2010. -----

Sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo camarário do conteúdo do seu despacho n.º. 22/GAPV/2010 de 2010.08.06, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, o qual se anexa à presente acta. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

V - ANÁLISE, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ASSUNTOS NÃO INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA, AO ABRIGO DO ARTIGO 83º, DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, E ULTERIORES ALTERAÇÕES. -----

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e nos termos do regimento em vigor, reconheça a urgência de deliberação sobre os assuntos abaixo indicados: -----

1. EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA "RODOVIA DE ACESSO PRIORITÁRIO A24/HOSPITAL - LANÇO 1 (TROÇO 1 E 2) E RUA DA FONTE DO LEITE". -----

- 10ª RECTIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE 01/10/2009, QUE APROVOU A RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO. PROPOSTA N.º. 63/GAPV/2010 -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

I

ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ACTAS:

1.1. Aprovação da acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 02 de Agosto de 2010. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida acta. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA CIM/TM. PROPOSTA N.º 62/GAPV/2010 -

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Exposição de motivos -----

Em reunião ordinária do Executivo Municipal ocorrida no dia 14 de Novembro de 2008, foi presente a Proposta n.º 118/GAPV/08, sancionada pelo órgão deliberativo em sua sessão extraordinária de 26 de Novembro, consubstanciando o seguinte: -----

- Integração do Município de Chaves na Associação de Municípios de Fins Múltiplos, designada por "Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes (CIM)"; -----

- Aprovação dos Estatutos constitutivos da referida Associação de Municípios; -----

Considerando que mantendo-se válidos e inalterados todos os pressupostos aduzidos na proposta atrás mencionada, se torna agora necessário dar a competente anuência a uma alteração dos estatutos que regem a CIM-TM; -----

Considerando que tanto o Conselho Executivo como a Assembleia Intermunicipal da CIM-TM, já aprovaram a alteração ora em apreciação; -----

Considerando por último que a alteração preconizada (nº1 do artigo 3, dos Estatutos da CIM-TM, publicados no Diário da Republica, 2ª. Série, nº 58 de 24 de Março de 2009) respeita apenas à identificação do local da sede da associação e à forma como será exercida a presidência. -----

II - PROPOSTA -----

Nestes termos, e de acordo com as razões acima aduzidas, tomo a liberdade de propor ao Executivo Camarário: -----

1 - Aprovação da alteração dos estatutos da CIM-TM, no que respeita ao articulado do nº 1, do Artigo 3º (Sede e Delegações), que passará a ter a seguinte redacção: -----

"A Comunidade Intermunicipal terá a sua sede no município de Bragança, na Rua Abílio Beça, nº 75/77, 5300 - 011 Bragança. A presidência será exercida de forma anual e rotativa, por ordem alfabética dos municípios integrantes"; -----

2 - Caso esta proposta venha a merecer acolhimento por parte do executivo municipal, deverá a mesma ser agendada para uma próxima sessão da Assembleia Municipal, para ulterior sancionamento do aludido órgão, no cumprimento do disposto na alínea m), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Dezembro e ulteriores alterações. -----

Chaves, 11 de Agosto de 2010 -----

O Presidente da Câmara -----

(Dr. João Batista) -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. FREGUESIAS

II

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS JURÍDICOS:

III

EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. ANO LECTIVO 2010/2011 - VERBAS PARA AUXÍLIOS ECONÓMICOS, EXPEDIENTE E LIMPEZA, TINTEIROS E OUTRAS DESPESAS INFORMAÇÃO N.º223/DED/2010/08/06 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

No sentido de organizarmos o ano lectivo 2010/2011, em matéria de verbas para auxílios económicos, expediente e limpeza, tinteiros e outras despesas, importa aprovar os montantes a atribuir para que sejam transferidas atempadamente as verbas para os respectivos Agrupamentos de Escolas. -----

Considerando que na reunião do Conselho Municipal de Educação, realizada no passado dia 15 de Julho e de acordo com a alínea e), do nº1, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, que refere que compete ao Conselho Municipal de Educação deliberar sobre a adequação das diferentes modalidades de acção social escolar às necessidades locais, em particular no que se refere aos apoios sócio-educativos, o Senhor Presidente da Câmara, apresentou os valores referentes à acção social escolar previstos para o próximo ano lectivo, tendo merecido, por parte dos membros presentes, o parecer favorável. -----

Assim, e de acordo com a alínea d), do nº4, do Artigo 64º, da Lei nº 169/99 e ulteriores alterações, em que compete à Câmara Municipal deliberar em matéria de Acção Social Escolar, designadamente no que respeita à alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes, propõe-se a V. Exa o seguinte: -----

a) Aprovação dos seguintes valores para o ano lectivo 2010/2011 em matéria de auxílios económicos, expediente e limpeza, tinteiros e outras despesas para a Educação Pré- Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico; -----

Verbas para auxílios económicos -----

Escalão A - -----70.00€

Escalão B - -----35.00€

Verbas a disponibilizar numa só prestação, mediante o número de escalões atribuídos aos alunos pelos Agrupamentos. -----

Verbas para expediente e limpeza -----

Por turma e número de alunos -----

até 15 alunos -----275.00€

16 a 20 alunos -----303.00€

mais de 21 alunos -----331.00€

Verbas a disponibilizar em duas prestações - Setembro e Fevereiro --

Verbas para outras despesas -----

Inclui verbas para tinteiros, aquisição de gás e apoio ao funcionamento de salas extras (refeições e actividades extracurriculares): -----

Nos Jardins de Infância do Centro Escolar, do Caneiro, de Chaves e de Vidago irão ser colocadas impressoras a lazer, não necessitando de tinteiros. -----

Os restantes Jardins de Infância, que integram os respectivos Agrupamentos, serão contemplados com uma verba no valor de 60,00€/sala, para aquisição de tinteiros. -----

Agrupamento Vertical Nadir Afonso - (600,00€ +1 000,00€ + 1100,00€) = 2.700,00€ -----

Agrupamento Vertical Dr. Francisco Gonçalves Carneiro - (480,00€ + 1 000,00€ + 800,00€) = 2.280,00€ -----

Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins -(60,00€ + 200,00€) = 260,00€ -----

Esta verba será disponibilizada aos Agrupamentos em duas prestações, juntamente com as verbas para expediente e limpeza e serão geridas pelos mesmos. -----

À consideração superior. -----

A Chefe de Divisão de Educação e Desporto -----

(Dra. Lúcia Pinto) -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. JOÃO BATISTA DE 2010.08.09. -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

V

ACÇÃO SOCIAL:

1. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS. SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO REAVALIAÇÃO DE PROCESSOS INFORMAÇÃO N.º 225/ 2010-08-10

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

Processo n.º 04/2010 (Melissa Vinhais) Atribuição. -----
Estrutura familiar do tipo nuclear com uma filha menor a cargo, apresenta uma escassez de recursos económicos decorrente do baixo e único valor remuneratório existente. O elemento feminino do casal, licenciado em Gerontologia Social, actualmente desempregado, assegura os cuidados maternos da descendente de seis meses. Sem outros recursos económicos, para além dos declarados (475,00€) pela actividade exercida pelo progenitor, servente da construção civil, a gestão da economia doméstica carece de condições que satisfaçam um bem-estar social e económico mínimo pelo que, se submete à apreciação superior a atribuição do apoio pelo período abaixo discriminado. -----

Processo n.º 13/2009 (Ana Vilaça) Reavaliação. -----
De harmonia com a informação apresentada pela beneficiária, desde Abril do corrente ano, um terço do vencimento é-lhe mensalmente penhorado. Por ordem do Tribunal Judicial de Chaves e decorrente do incumprimento do empréstimo contraído junto da entidade bancária BCP, foi-lhe executado uma penhora de vencimento cuja importância se tem revelado crucial para a gestão doméstica. Dado que aguarda uma decisão das negociações encetadas com a entidade bancária, na expectativa de renegociar o valor da prestação, tomo a liberdade de submeter à apreciação superior a prorrogação do actual apoio por um período de 6 meses, conforme abaixo discriminado. -----

Processo n.º 15/2009 (Lúcia Cabugueira) Reavaliação. -----
Mantém-se, no presente caso, a escassez de recursos económicos provenientes da prestação do RSI (161,32€) e da pensão de alimentos (200,00€). Face à ausência de melhorias significativas, quer ao nível económico, quer ao nível habitacional com repercussões na autonomia da estrutura familiar, composta por progenitor e dois descendentes menores de idade, submeto à apreciação superior a prorrogação do apoio por idêntico período. -----

Processo n.º 11/2009 (Manuel Pimenta) Reavaliação. -----
Impossibilitado de exercer qualquer actividade profissional por doença crónica, Manuel Pimenta de 60 anos de idade, aguarda a atribuição da pensão de reforma, desconhecendo qual o valor da mesma. Assim, dado que não se conhece a data em que passará a usufruir da reforma bem como a importância que lhe será atribuída, tomo a liberdade de submeter à apreciação superior a prorrogação do actual apoio por um período de 6 meses, conforme abaixo discriminado. -----

Caso a presente proposta venha a merecer concordância superior, propõe-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

Os encargos assumidos pela Câmara Municipal de Chaves terão cobertura orçamental através da seguinte rubrica económica: 08080201. -----

À consideração Superior. -----

O Técnico Superior -----
(Aureliano Morais) -----

Requerente	Valor da comparticipação	Início do apoio	Fim do apoio (1)
Melissa Vinhais	49,60€/mês	01-09-2010	31-08-2011
Ana Maria Gomes Vilaça	104,00€/mês	01-09-2010	28-02-2011
Lúcia Barreira Teixeira Cabugueira	104,00€/mês	01-09-2010	31-08-2011
Manuel Carneiro Pimenta	132,00€/mês	01-09-2010	28-02-2011

(1) Sempre que a Câmara Municipal considere justificável poderá haver suspensão do subsídio antes do fim do período de concessão.

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, DRA. JÚLIA FORTE NA AUSÊNCIA DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE 2010.08.10 -----

À consideração da S.^a Vereadora, Dr.^a Maria de Lurdes Campos. -----

DESPACHO DA VEREADORA RESPONSÁVEL DRA. MARIA DE LURDES CAMPOS DE 2010.08.11. -----

Visto. Concorde. À reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

2.1. LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO - A. SANTO - EMPREENDIMENTOS INDUSTRIAIS E TURÍSTICOS, SA. - SITO NO LUGAR DO CARVALHAL - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DO SR. ARQUITECTO LUIS MIGUEL FERREIRA SANTOS DATADA DE 2010/07/29 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

INTRODUÇÃO-----

A presente informação visa a análise e emissão de parecer relativo ao pedido de licenciamento de uma operação de loteamento, a levar a efeito no lugar de Carvalhal na freguesia de Santa Maria Maior, no concelho de Chaves, formulado por A. Santo - Empreendimentos Industriais e Turísticos, S.A.-----

O requerente através do requerimento n.º 1076/10 e em sede de atendimento ao público, apresenta novos elementos no sentido de dirimir as considerações referidas sobre a presente operação urbanística.-----

INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

O pedido encontra-se instruído com os elementos mencionados na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março e com o Regulamento Municipal de Chaves nomeadamente: -----

Peças escritas: -----

Requerimento inicial; -----
 Certidão de descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do registo predial referente aos prédios abrangidos;--
 Memória descritiva e justificativa; -----
 Termo de responsabilidade do técnico autor e coordenador de projectos; -----
 Cópia da declaração de inscrição na Ordem dos Arquitectos autor e coordenador do projecto de arquitectura, certificada pela advogada;-
 Relatório de dados acústicos; -----
 Plano de acessibilidades, presente na memória descritiva com o respectivo termo de responsabilidade; -----
 Ficha do Instituto Nacional de Estatística; -----
 Declaração de compromisso para a execução das vias necessárias ao acesso do terreno objecto de intervenção por parte da promotora.----

Peças gráficas: -----

Planta de localização; -----
 Planta de enquadramento; -----
 Extracto da carta de ordenamento do PDM; -----
 Levantamento topográfico;-----
 Planta Síntese;-----
 Planta de áreas de cedência ao domínio público;-----
 Cortes gerais;-----
 Plano de acessibilidades;-----
 Fichas dos lotes; -----
 Perfis transversais tipo;-----
 Plantas gerais dos esquemas das infra-estruturas Básicas;-----
 - Peças desenhadas e escritas em suporte informático;-----

ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

No regime jurídico-----

Nos termos Decreto-Lei 555/99, de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30/03, a operação urbanística em análise enquadra-se na alínea i) (operações de loteamento), do artigo 2º e no n.º 1 do artigo 56.º (Execução por fases), sendo a forma de procedimento um pedido de licenciamento nos termos do n.ºs 18 e 21º do referido diploma.-----

A operação de loteamento em análise consubstancia a execução sobre dois instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente Plano Director Municipal e Plano de Pormenor da Fonte do Leite.-----

Nas disposições do Plano Director Municipal-----

Segundo a Planta de Ordenamento n.º 34ªA do Plano Director Municipal de Chaves, o prédio insere-se na categoria de espaço da classe 1 (Espaços urbanos e urbanizáveis), na Categoria 1.1 (Cidade de Chaves).-----

Segundo a Planta de Condicionantes n.º 34ªA do Plano Director Municipal de Chaves, sobre o prédio impende uma servidão ou restrição de utilidade pública, nomeadamente leitos dos cursos de água, propondo edificações com afastamento fora da faixa de protecção de 10 metros.-----

Nas orientações de estudos urbanísticos de gestão territorial-----

Face às plantas de zonamento da proposta de Plano de Urbanização de Chaves , parte do prédio designado por zona A (1.ª fase), insere-se numa zona de densidade média classificada por R2, para a qual está prevista uma edificabilidade máxima de 0,8m2/m2 (índice de ocupação), e um número máximo de quatro pisos acima do solo (R/c + 3).-----

A restante parte do prédio é designada por zona B (2.ª fase), cuja disciplina urbanística está de acordo com o previsto no Plano de Pormenor da Fonte do Leite.-----

Pareceres internos-----

No âmbito do presente pedido, foram solicitados os seguintes pareceres: -----

À Divisão de Abastecimento Público sobre a viabilidade do loteamento, em função das infra-estruturas presentes no local, a qual emite parecer em 14/07/10 (em anexo) indicando algumas considerações, das quais deverá a requerente respeitar, no âmbito da apresentação dos projectos de especialidades; -----

À Divisão de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, em conformidade com o ponto 2.5 da proposta de estratégia data de 03/01/2007, a qual emite parecer em 03/07/09 e em 28/06/10 (em anexo) com indicação de algumas considerações, colmatadas com os elementos apresentados em sede de atendimento ao público; -----

CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO PEDIDO-----

A operação do loteamento em análise, consubstancia a divisão do prédio em lotes e obras de urbanização.-----

As Obras de urbanização podem ser executadas por fazes, conforme o disposto no artigo n.º 56.º do Decreto-Lei 555/99, de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30/03.-----

O Alvará de loteamento diz respeito, ao desenho urbano proposto para o prédio na sua totalidade. As obras de urbanização serão executadas por fazes, conforme o solicitado pela requerente, correspondendo a zona A (1.ª fase) e a zona B (2.ª fase), com enquadramento legal no n.º 1 do artigo 56.º do diploma legal anteriormente enunciado. ----

Face ao anteriormente enunciado, o projecto de loteamento consubstancia uma operação urbanística com as seguintes características: -----

Fase A-----

Destino	N.º de lotes
Edifício de habitação unifamiliar	2
Edifício de habitação colectiva	16
Edifício de habitação colectiva e comercio	2

Área do terreno - 31.451,00m2 (área total 40.506,00m2 - 9.055,00m2-- (2.ªfase);-----

Área dos lotes - 14.526,00m2; -----

Área máxima de Implantação - 11.550,00m2; -----

Área total de construção - 47.466,00m2; -----

Área máxima de construção para efeitos de I.C. - 25.050,00m2; ----

Volume de construção - 75.150,00m2; -----

Índice de construção em R2 - 0,8m2/m2; -----

N.º de Lotes - 20 unidades; -----

N.º de fogos - 187 unidades; -----

Estacionamento privativo - 406 unidades; -----

Estacionamento público - 77 unidade; -----

Cedências ao domínio público da Câmara municipal - 16.925,00m2-----

Fase B-----

Destino	N.º de lotes
Edifício de habitação colectiva	1

Área do terreno - 9.055,00m² (área total 40.506,00m² - 31.451,00m²-- (1.ª fase);-----

Área do lote - 377,00m²; -----

Área máxima de Implantação - 377,00m²; -----

Área total de construção - 1.934,00m²; -----

Área máxima de construção para efeitos de I.C. - 1.180,00m²; -----

Volume de construção - 3.540,00m²; -----

Índice de construção - 0,65m²/m²; -----

N.º de Lotes - 1 unidades; -----

N.º de fogos - 8 unidades; -----

Estacionamento privativo - 10 unidades; -----

Estacionamento público - 48 unidade; -----

Cedências ao domínio público da Câmara municipal - 8.678,00m²-----

A estrutura urbanística apresentada, seguiu genericamente as orientações preconizadas pela Divisão de gestão Territorial e pela Divisão de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico. ----

Rede Viária-----

No que respeita à rede viária, o traçado apresentado coaduna-se com os estudos elaborados pela Divisão de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico.-----

Relativamente aos arruamentos propostos, verifica-se que cumprem os parâmetros mínimos estabelecidos na alínea c) do n.º 4 do P.D.M. e a título supletivo onde os parâmetros são omissos (largura dos passeios e caldeiras) a portaria 216-B de 3/03, com um perfil tipo com faixa de rodagem existente (7,00m), bem como o dimensionamento dos passeios (1,6m), estacionamento (2,5m) e caldeiras de árvores (1,0m).-----

A operação urbanística em causa (execução da 1.ª fase), está dependente da execução do Eixo 4 - Via Distribuidora local a Sul à Rotunda 4 de forma a estarem garantidas as acessibilidades viárias, apresentando para o efeito uma declaração de compromisso de execução das mesmas.-----

Neste contexto, a requerente apresenta uma declaração de compromisso, acompanhada por uma peça desenhada na qual se encontra plasmado o troço viário anteriormente referido, bem como assume os encargos inerentes à sua execução.-----

Após deferimento da pretensão, deverá a empresa promotora da operação urbanística cumprir as condições estabelecidas no n.º 3 e seguintes do artigo 25.º do Decreto-Lei 555/99, de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30/03, apresentando para o efeito os documentos legalmente admissíveis, para celebrar com a câmara municipal contracto relativo ao cumprimento das obrigações então assumidas e prestar caução, de forma a garantir a execução das acessibilidades viárias, bem como os encargos de funcionalidade das infra-estruturas por um período mínimo de 10 anos, conforme o estipulado no n.º1 do artigo supracitado. -----

Edificações propostas-----

Relativamente às edificações propostas verifica-se que foram respeitados os alinhamentos previstos para o local, bem como os afastamentos às extremas de 5,0m nas habitações unifamiliares e de 6,00m (metade da altura) no edifício de habitação colectiva. -----

Capacidade construtiva-----

Conforme o previsto no n.º1 do artigo 73.º do regulamento do P.D.M. e de acordo com a planta de zonamento da proposta de Plano de

Urbanização de Chaves¹, parte do prédio designado por zona A que corresponde à 1.ª fase, insere-se numa zona de densidade média classifica por R2, cujo índice de construção é 0,8m²/m² e um número máximo de 4 pisos acima do solo (R/c + 3), podendo-se concluir que a proposta urbanística cumpre o estabelecido para o local, tanto ao nível do número de pisos como também propõe uma área de construção (25.050,00m²) inferior ao máximo admissível (31.451,00 X 0,8 = **25.160,00m²**).-----

A restante parte do prédio designada por zona B, que corresponde à 2.ª fase de execução, respeita a disciplina urbanística prevista no Plano de Pormenor da Fonte do Leite.-----

Áreas de cedência ao município-----

A requerente pretende levar a efeito a execução das obras de urbanização da operação de loteamento em duas fases, de acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 56.º do Decreto-Lei 555/99, de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30/03, implicando cada fase subsequente um aditamento ao alvará inicial, conforme o disposto no n.º 5 do retro citado diploma legal.-----

A promotora apenas pretende executar a 1.ª fase (zona A) das obras de urbanização, no entanto, o alvará de loteamento abrange a totalidade da divisão fundiária, bem como, a contabilização das áreas de cedência ao município, correspondem a toda a operação urbanística que abrange as duas fases (zona A e zona B).-----

No que diz respeito à 1.ª Fase - zona A - a mesma cumpre os parâmetros urbanísticos previstos no Plano Director Municipal, conforme a seguir se descreve.-----

No que diz respeito à 2.ª fase - zona B- a mesma está inserida na sua totalidade no Plano de Pormenor da Fonte do Leite, verificando-se que respeita as disposições constantes do referido Plano.-----

Neste sentido, deverá verificar-se o cumprimento do previsto nos artigos 12.º, 20.º e 21.º do Regulamento do Plano Director Municipal, na área que corresponde à **1.ª fase** designada pela zona A.-

No que respeitante ao dimensionamento das parcelas de terreno destinadas à rede viária, espaços verdes e de utilização colectiva, equipamentos e às áreas de cedência gratuita ao município, resultantes da do desenho urbano proposto para 1.ª fase (zona A) verifica-se o seguinte:-----

Área destinadas a espaços verdes e/ou de utilização colectiva-----

- Área do terreno (zona A)	31.451,00m ²
- Espaços de circulação	8.761,00m ²
- Espaços verdes e de utilização colectiva	6.081,00m ²
- Equipamentos públicos	2.083,00m ²

Quadro

II

N.º 4 do artigo 20.º do regulamento do P.D.M.

a)	8.761,00m ² + 6.081,00m ² + 2.083,00m ² ≥ 0,35m ² (de 25.050m ²)	16.925,00m ² ≥ 8.767,50m ²
b)	6.081,00m ² ≥ 0,20m ² (de 25.050m ²)	6.081,00m ² ≥ 5.010,00m ²

Quadro III-----

¹Instrumento de planeamento em fase de concepção, cujas orientações têm sido adoptados pelos serviços técnicos desta autarquia, para efeitos de limitação das zonas previstas no n.º1 do art.º 73 do Reg. do P.D.M. -----

N.º 2 do artigo 21.º do regulamento do P.D.M.-----

a)	$16.925,00\text{m}^2 \leq 40\%$ (de $31.451,00\text{m}^2$)	$16.925,00\text{m}^2$ $12.580,40\text{m}^2$	\geq
b)	$2.083,00\text{m}^2 \leq 25\%$ (de $47.466,00\text{m}^2$)	$2.083,00\text{m}^2$ $11.866,50\text{m}^2$	\leq
c)	$8.761,00\text{m}^2 + 6.081,00\text{m}^2 \leq 15\%$ (de $31.451,00\text{m}^2$)	$14.842,00\text{m}^2$ $4.717,65\text{m}^2$	\geq

Conforme leitura dos anteriores quadros I e II, cumpre-me referir o seguinte: -----

Relativamente aos parâmetros e regras a cumprir na presente operação urbanística, conforme o referido no artigo 20º do Regulamento do P.D.M., verifica-se da leitura do quadro I que estão cumpridos os mínimos exigíveis. -----

A presente operação urbanística propõe uma área de $6.081,00\text{m}^2$, destinada a Espaços verdes e de utilização colectiva e a área de $2.083,00\text{m}^2$ destinada a equipamentos públicos, para integração no domínio público municipal, com enquadramento na continuidade dos corredores verdes do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, obtendo parecer favorável da Divisão de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, pelo que, estes serviços consideram que as referidas áreas a integrar no domínio público poderão ser aceites pelo Município.-----

De acordo com a alínea c) do n.º2 do artigo 21.º do regulamento do P.D.M, a área máxima a exigir para espaços públicos, não pode exceder 15% da área total do terreno objecto da operação urbanística. Por leitura alínea c) do quadro II, verifica-se que a referida área a ceder, ultrapassa os limites anteriormente indicados em **10.124,65m²** ($14.842,00\text{m}^2 - 4.717,65\text{m}^2$), no entanto, foi por comum acordo entre os interessados e o município, conforme o preceituado na alínea d) do n.º2 do artigo 21.º do referido regulamento.-----

Por leitura da alínea b) do quadro n.º II, verifica-se que as áreas previstas para equipamentos públicos ($2.083,00\text{m}^2$), são inferiores ao máximo exigível de acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo n.º 21.º deveria a operação urbanística, prever no máximo 25% da área bruta de construção, correspondendo a **11.866,50m²** (25% de $47.466,00\text{m}^2$).-----

Considera-se que o pedido formulado, apesar de não prever a totalidade das áreas de cedência para equipamentos de utilização colectiva, de acordo com alínea b) do n.º2 do art.º 21 do Reg. do PDM, julga-se salvo melhor opinião, que a requerente não deverá compensar este município pela área não cedida, em virtude de ceder para espaços públicos uma área superior à máxima admissível ($16.925,00\text{m}^2$), ou seja, em cumprimento do estipulado na alínea a) do n.º2 do art.º21 do Reg. do PDM, o município não poderá exigir para cedências ao domínio publico uma área superior a 40% da área total do terreno ($40\% * 31.451,00\text{m}^2 = 12.580,40\text{m}^2$).-----

A operação de loteamento respeita os parâmetros de dimensionamento definidos no ponto 3 do artigo 12.º Plano Director Municipal de Chaves, no que respeita ao estacionamento a exigir, conforme o quadro explicativo que se segue: -----

Quadro III-----

Estacionamento privado			
Tipologia	Cálculo	Estacionamento Exigido PDM	Estacionamento Previsto (uni)

		(uni)	
Fogos	1 lugar x n.º de fogos (187)	187	187
Hab. Colectiva	1 lugar / 120m2 de adc de hab colectiva (23.500m2)	196	196
Comércio	1 lugar / 50m2 de adc de comércio ou serviços (950m2)	19	20
Hab. Unifamiliar	1 lugar / 200m2 de adc de comércio ou serviços (600m2)	3	3
		405 uni.	406 uni.

No que respeita aos lugares de estacionamento públicos a exigir, uma vez que o Plano Director Municipal de Chaves sobre esta matéria nada refere, estes serviços consideram o estipulado na Portaria 216-B/2008 de 3 de Março "O número total de lugares destinados a habitação 386 (196+187+3), resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público".-----
O presente pedido prevê 77 lugares de estacionamento público, pelo que, se verifica que respeita o estipulado na retro citada portaria (20% de 386 = 77 lugares). -----

Relativamente ao dimensionamento das parcelas de terreno destinadas à rede viária, espaços verdes e de utilização colectiva, equipamentos e às áreas de cedência gratuita ao município, resultantes da do desenho urbano proposto para **2.ª fase** (zona B), verifica-se que respeita o disposto no Plano de Pormenor da Fonte do Leite, remetendo-se a apreciação para o quadro correspondente da execução do referido Plano de Pormenor. -----

Face ao exposto e uma vez que a 2.ª fase (zona B) está inserida na sua totalidade no Plano de Pormenor da Fonte do Leite, no âmbito da emissão do aditamento ao alvará inicial, o qual titulará a comunicação prévia para a realização das obras de urbanização, correspondentes à zona B da presente operação de loteamento, ficará sujeita à aplicação dos mecanismos de perequação compensatória previstos nos artigos 19.º e 20.º, ambos do Regulamento do Plano de Pormenor constante no anexo do aviso n.º 22926/2009, publicado no Diário da Republica, 2.ª serie em 21/12/09. -----

CONSIDERAÇÕES DO PARECER-----

Considerando que, o estudo apresentado cumpre as normas legais e regulamentares aplicáveis a operações de loteamento, designadamente o Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30/03, o Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação, o Regulamento do Plano Director Municipal, o Plano de Pormenor da Fonte do Leite e a título supletivo a portaria 216-B de 3/03; -----

Considerando que, no âmbito que antecede à emissão do alvará deverá ser celebrado com a câmara municipal contracto relativo ao cumprimento das obrigações assumidas e prestar caução adequada, referente à execução do Eixo 4 - Via Distribuidora local a Sul à Rotunda 4, de forma a garantir a acessibilidade viária à operação de loteamento, em conformidade com o n.º 3 e seguintes do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30/03; -----

Considerando que, a requerente fica condicionada ao integral cumprimento do referido no parecer de 14/07/10, emitido pela da

Divisão de Abastecimento Público sobre a viabilidade do loteamento, em função das infra-estruturas presentes no local, a observar no âmbito da apresentação dos projectos de especialidades; -----
 Considerando que, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30/03, a alteração à licença de operação de loteamento é precedida de **consulta pública**, quando a mesma esteja prevista em regulamento municipal ou quando sejam ultrapassados os limites definidos no n.º 2, do artigo 22.º do mesmo Decreto-Lei;-----
 Considerando que não existe quaisquer restrições de ordem técnica ou legal que impeçam a realização da operação de loteamento pretendida pela empresa requerente; -----
 Considerando que, a requerente pretende levar a efeito a execução das obras de urbanização da operação de loteamento por fases, deverá cumprir o previsto no artigo 56.º do Decreto-Lei 555/99, de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30/03;-----
 Considerando ainda, que a 2.ª fase (zona B) das obras de urbanização, estão inseridas no Plano de Pormenor da Fonte do Leite, no âmbito da emissão do aditamento ao alvará inicial, o qual titulará a comunicação prévia para a execução das obras de urbanização referentes à zona B da presente operação de loteamento, fica sujeita aos mecanismos de execução do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, constante no anexo do aviso n.º 22926/2009, publicado no Diário da Republica, 2.ª serie em 21/12/09;-----

PROPOSTA DE DECISÃO-----

Tendo em conta o anteriormente enunciado, bem como o disposto no n.º 2 do artigo 27.º Decreto-Lei 555/99, de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30/03, sou a propor que seja superiormente adoptada deliberação no sentido de se proceder à **abertura de um período de consulta pública** sobre o pedido de licenciamento da operação de loteamento.-----

Considerando que o Decreto-Lei 555/99, de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30/03 e o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, são omissos quanto ao estabelecimento do prazo para consulta pública e sendo uma operação de loteamento semelhante a um Plano de Pormenor, sugere-se que o Executivo Municipal fixe um prazo para o efeito, adopta-se o período mínimo de 22 vinte e dois dias para consulta pública, conforme o previsto no n.º 4 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 46/09 de 20/02 que alterou o Decreto-lei n.º 380/99 de 22/09.-----

À consideração Superior-----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/08/05. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DATADO DE 2010/08/06. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. ALTERAÇÕES AO LOTEAMENTO 6/00, LOTE 1 - PROJECTO DE ALTERAÇÕES - CONSTRUÇÕES ARMINDO CORREIA - SITO NO LUGAR DE RAIMUNDO, FONTE DO LEITE - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES -

INFORMAÇÃO DO SR. ARQUITECTO LUIS MIGUEL FERREIRA SANTOS, DATADA DE 2010/08/06 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

INTRODUÇÃO-----

A requerente Construções Armindo Correia, Lda., através de requerimento n.º 1316/10, inerente ao processo n.º 66/94, solicita segundo pedido de alterações às condições de licença da operação de loteamento titulada pelo Alvará n.º 6/00, sito no Lugar do Raimundo, na Fonte do Leite, na Freguesia de Santa Maria maior, em Chaves.----

ANTECEDENTES-----

A requerente em 01/07/2008, através do requerimento n.º 2315/08, iniciou um pedido de alterações às condições de licença da operação de loteamento titulada pelo Alvará n.º 6/00, no qual colmatou com a emissão do 1.º aditamento ao referido alvará de loteamento, emitido em 13/01/2010.-----

ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

No regime jurídico-----

Nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei 555/99, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30/03, o pedido da interessada enquadra-se numa alteração às condições de licença, da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 6/00 emitido em 29/04/00 com o primeiro aditamento emitido em 13/01/2010, em nome de Construções Armindo Correia.-----

INSTRUÇÃO E APRECIACÃO LIMINAR-----

Da análise dos elementos apresentados, no âmbito do presente pedido de alterações à licença da operação de loteamento titulada pelo alvará n.º 6/00, verifica-se que os mesmos se encontram incompletos, conforme o descrito na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março e com o Regulamento Municipal de Chaves, nomeadamente: -----

- a) Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação.-----
- b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----
- c) Extracto das plantas de ordenamento e de condicionantes do Plano Director Municipal; -----
- d) Documento comprovativo da inscrição do técnico responsável na respectiva ordem profissional; -----
- e) Cópia da planta da situação existente (planta de síntese aprovada); -----
- f) Estudo que demonstre a conformidade com Regulamento Geral de Ruído, contendo informação acústica adequada relativa à situação actual e à decorrente da execução da operação de loteamento; -----
- g) Não apresentou a declaração da cedência de direitos de autor do projecto de arquitectura que deu origem à emissão do título, no entanto refira-se que consta no processo, a referida declaração apresentada no âmbito do primeiro pedido de alterações à licença que culminou com a emissão do primeiro aditamento ao alvará inicial;----

ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

Com o presente pedido, a promotora pretende alterar as especificações tituladas pelo alvará n.º 6/00 com o 1.º aditamento emitido 13/01/2010, introduzindo as seguintes alterações, que resultaram da análise das peças escritas e desenhadas constantes no processo administrativo, registado com o n.º 66/94.-----

Alterações resultantes do presente pedido de alteração à licença----

Lote n.º 1-----

- Aumento da área do lote, passando de 2.853,52m2 para 2.945,80m2;--
- Diminuição da área total de implantação, passando de 1.921,00m2 para 1.237,18m2; -----
- Aumento da área total de construção, passando de 5.239,40m2 para 5.201,70m2; -----
- Aumento da área total de construção para efeitos de IC passando de 3.557,50m2 para 3.964,52m2: -----
- a) *Aumento da área de habitação, passando de 2.978,04m2 para 3.452,13m2; -----*
- b) *Diminuição da área de comércio, passando de 579,46m2 para 512,39m2; -----*
- c) *Diminuição da área da cave, passando de 1.676,00m2 para 1.237,18m2; -----*
- Diminuição n.º de fogos, de 31 para 25; -----

Áreas de cedência a integrar no domínio municipal-----

- Diminuição da área total cedida ao município no âmbito do alvará de loteamento inicial n.º 6/00, por força o aumento da área do lote n.º 1, passando de 10.846,73m2 para 10.754,45m2; -----
- a) *Diminuição das áreas previstas para infra-estruturas, passando de 7.377,34m2 para 10.754,45m2; -----*

Legitimidade da empresa requerente em promover as alterações à especificações do lote n.º 1-----

A interessada conforme se referiu no capítulo da instrução e apreciação liminar, não apresentou com o seu pedido o documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da referida operação, nem apresentou certidão da descrição de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos.-----

Da análise do processo administrativo 66/94, verifica-se que faz parte integrante do mesmo, as certidões da descrição de todas as inscrições emitidas pela conservatória do registo predial (não se encontrando as mesmas válidas), apresentadas no âmbito do primeiro pedido de alterações às condições de licença da operação de loteamento titulada pelo Alvará n.º 6/00, no qual colmatou com a emissão do 1.º aditamento ao referido alvará de loteamento, emitido em 13/01/2010, bem como, declarações de todos os proprietários do lote n.º 1 (este lote está constituído em regime de propriedade horizontal) a autorizarem as referidas alterações. -----

Compulsados os documentos constantes do processo administrativo em análise e caso se mantenham inalteráveis as descrições inscritas nas certidões da conservatória do registo predial (constantes dos elementos apresentados no âmbito do 1.º aditamento), considera-se salvo melhor opinião, que a empresa requerente já não é proprietária do lote n.º 1.-----

Face ao exposto, pode se concluir que a promotora (firma Construções Armindo Correia, Lda.), mesmo sendo a titular do alvará de loteamento n.º 6/00 e posterior aditamento, não possui legitimidade em requerer nova alteração com incidência nas às especificações do lote n.º 1, pelo facto de já não ser proprietária do mesmo.-----

CONSIDERAÇÕES DO PARECER-----

Considerando que, a requerente não fez prova documental da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação; -----

Considerando que, as alterações ao alvará de loteamento 6/00, que a promotora pretende introduzir, dizem respeito às especificações do lote n.º 1 e consubstanciando modificações ao nível da configuração

geométrica e área do lote, bem como das áreas de implantação e de construção do edifício; -----
 Considerando que, a interessada requerente não é proprietária do lote n.º 1, conforme o referido no capítulo anterior; -----
 Considerando ainda, que a promotora Construções Armindo Correia, Lda. não tem legitimidade em requerer alterações às especificações do lote n.º 1; -----

PROPOSTA DE DECISÃO-----

Face ao exposto, propõe-se que seja adoptado o sentido de **indeferimento** do pedido formulado pela requerente, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º1 do artigo 24.º do Decreto-Lei 555/99, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30/03.-----
 Deverá ser ainda praticado a audiência aos interessados nos termos do artigo 100 e seguintes do Código do Procedimento Administrativo concedendo-se o prazo de 10 dias para o requerente vir a processo dizer o que lhe oferecer quanto ao presente projecto de decisão.----
 À consideração Superior -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DATADO DE 2010/08/06. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. ALTERAÇÃO À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO 1/2002 - APRESENTAÇÃO DE ELEMENTOS - Q.F.N. - QUINTA DA FONTE NOVA, EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S.A. - SITO NO LUGAR DE QUINTA DA FONTE NOVA - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DO SR. ARQUITECTO LUIS MIGUEL FERREIRA SANTOS, DATADA DE 2010/08/10 ---

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

INTRODUÇÃO-----

Na sequência da informação produzida por esta Divisão em 21/05/10, presente em reunião de Câmara Municipal de 07/06/09, foi aberto um período de consulta pública, sobre o pedido de alterações à licença da operação de loteamento titulada pelo Alvará n.º 1/2002, efectuada nos termos do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 60/2007 de 4/09.-----

CONSIDERAÇÕES DO PARECER-----

Considerando que, decorrido o prazo estabelecido² para o período de consulta pública, não houve qualquer tipo de oposição acerca das alterações solicitadas; -----

Considerando que são respeitados os parâmetros urbanísticos no que se refere ao índice de construção; -----

Considerando que, no pedido objecto de análise, não se verificam violações aos normativos legais e regulamentares a considerar em operações de loteamento; -----

Considerando que, as alteração à licença originam modificações ao nível das obras de urbanização, inerentes do alvará inicial, devendo a promotora apresentar no prazo de um ano após a notificação do acto de licenciamento da alteração à divisão fundiária, os projectos de execução inerentes às alterações das referidas obras de urbanização; Considerando que, a rotunda prevista na zona a poente do terreno não se encontra executada, deverá ser entregue pela promotora uma planta com a solução adoptar enquanto não se realiza a mesma; -----

² Edital publicado num jornal local no dia 26/06 -----

PROPOSTA DE DECISÃO-----

Face ao exposto, sou a propor que seja adoptada a deliberação no sentido de **deferir** o pedido de alterações solicitado, nos termos do artigo 27º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16/12 alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10 de 30/03.-----

Conforme o referido no capítulo anterior, as alterações à licença originam modificações ao nível das obras de urbanização inerentes do alvará inicial, pelo que, de acordo com o estipulado na alínea a), do n.º 1, do artigo 71.º, do diploma legal acima referido, a promotora dispõe do prazo de um ano para apresentar os projectos de execução inerentes às alterações das referidas obras de urbanização. Na apresentação dos projectos de especialidades deverá a requerente dar cabal cumprimento aos pressupostos referidos no parecer emitido em 23/12/10 solicitado à Divisão de Abastecimento Público;-----

Com a entrega dos projectos de engenharia das alterações às obras de urbanização, deverá ainda a promotora apresentar uma planta com a solução adoptar, enquanto não seja executada a rotunda prevista na zona poente do terreno.-----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DATADO DE 2010/08/11. -----

Visto. Concorde. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO**3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, DR. JOÃO BATISTA. -----**

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º1. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR, EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQT. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º2. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, ENG. CONCEIÇÃO MARTINS, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente acta sob o n.º3. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.4. PEDIDO DE APROVAÇÃO DE ARQUITECTURA - GUADALUPE ALVES TEIXEIRA - SITO NA RUA COMENDADOR PEREIRA DA SILVA - FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA ENG.BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2010/08/03

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1.-INTRODUÇÃO-----

1.1.- A Sr.^a Guadalupe Alves Teixeira, apresenta sob requerimento n.º 1782/10, referente ao processo n.º 226/10, pedido de licenciamento, com vista à aprovação de uma operação urbanística de edificação - construção de armazém destinado a comércio - "armazém expositor", a levar a efeito na rua Comendador Pereira da Silva, freguesia de Santa Cruz/Trindade no concelho de Chaves.-----

2.-ANTECEDENTES-----

2.1.- Não foram encontrados antecedentes do presente processo.-----

3.-INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

3.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no artigo 11³ da Portaria 232/2008 de 11 de Março, bem como, de acordo com o

³ 11.º - Licenciamento de obras de edificação -----

1 - O pedido de licenciamento de obras de edificação em áreas abrangidas por plano de pormenor, plano de urbanização ou plano director municipal deve ser instruído com os seguintes elementos: --

a) Documentos comprovativos da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação; -----

b) Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio ou prédios abrangidos; -----

c) Extractos das plantas de ordenamento, zonamento e de implantação dos planos municipais de ordenamento do território vigentes e das respectivas plantas de condicionantes, da planta síntese do loteamento, se existir, e planta à escala de 1:2500 ou superior, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra; -----

d) Planta de localização e enquadramento à escala da planta de ordenamento do plano director municipal ou à escala de 1:25 000 quando este não existir, assinalando devidamente os limites da área objecto da operação; -----

e) Extractos das plantas do plano especial de ordenamento do território vigente; -----

f) Projecto de arquitectura; -----

g) Memória descritiva e justificativa; -----

h) Estimativa do custo total da obra; -----

i) Calendarização da execução da obra; -----

j) Quando se trate de obras de reconstrução deve ainda ser junta fotografia do imóvel; -----

l) Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor; -----

m) Projectos da engenharia de especialidades caso o requerente entenda proceder, desde logo, à sua apresentação; -----

n) Termos de responsabilidade subscritos pelos autores dos projectos e coordenador de projecto quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----

o) Ficha com os elementos estatísticos devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar; -----

n.º1 do art.º 11⁴ do Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabela de Taxas Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas de Edificação, designadamente: -----

- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio; -----
- Extracto da planta de ordenamento, do plano Director Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;--
- Memória descritiva e justificativa; -----
- Estimativa do custo total da obra; -----
- Calendarização da execução da obra; -----
- Termos de responsabilidade (arquitectura), subscrito pelo autor do projecto de arquitectura, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1:200; -----
- Plantas à escala de 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos; -----
- Alçados à escala de 1:100; -----
- Cortes longitudinais e transversais à escala de 1:100; -----
- CD, com peças escritas e desenhadas do projecto geo-referenciadas, mas com os níveis de informação incompletos; -----
- Fotografias; -----

4.- LOCALIZAÇÃO -----

4.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total de 1915.60 m², está inscrito na matriz com o n.º 1904 e descrito na conservatória sob o n.º 1079/20091008 da freguesia de Santa Cruz/Trindade.-----



Localização
da pretensão.

5.- ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

5.1.- No regime jurídico-----

p) Acessibilidades – desde que inclua tipologias do artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 163/2006. -----

⁴ Requerimento e Instrução -----

1. O requerimento inicial de informação prévia, de licença ou comunicação relativo a todos os tipos de operações urbanísticas obedece ao disposto nos artigos 8.º a 10.º, do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, e deve ser acompanhado dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal. -----

5.1.1.- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto na alínea c) do n.º 2 art.º 4⁵ do Dec.- Lei 555/99 alterado pelo Dec.- Lei n.º 26/2010 de 30 de Março, por se tratar de obras de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento, estando deste modo sujeito a licença administrativa.-----

5.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal-----

5.2.1.- O terreno tem na sua totalidade 1915.60 m² (segundo prova documental - Certidão da Conservatória do Registo Predial) e está inserido em espaço urbano e urbanizável, categoria 1.1 - Cidade de Chaves, em conformidade com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal; -----

5.2.2.- Segundo a planta de condicionantes n.º 34 A sobre o terreno não impede nenhuma servidão e/ou restrição de utilidade pública;----

5.3.- Com as orientações de estudos urbanísticos de gestão territorial-----

5.3.1.- Face às plantas de zonamento da proposta de Plano de Urbanização de Chaves⁶, insere-se em zona de densidade inferior, designada por R3, para a qual está prevista uma edificabilidade máxima de 0.50 m²/m² (índice de construção) e um número máximo de dois pisos acima do solo (r/chão + 1 andar).-----

6.- ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

6.1.- Da análise do projecto apresentado constata-se que:-----

6.1.1.- É proposta a construção de um armazém destinado a comércio com a área de 950.64 m², distribuídos pela cave e r/chão;-----

6.1.2.-No terreno existe uma habitação em ruínas, que a requerente propõe demolir, para execução do presente projecto;-----

6.1.2.- Na categoria de espaços, em que se insere a parcela de terreno a urbanizar, o índice de construção é de 0.50m²/m² aplicado á área da parcela, ou seja, (área do terreno x índice de construção) = 1915.60 m² x 0.50 m²/m² = 957.80 m² (máxima área bruta de construção permitida) > 950.64 m² (área bruta de construção proposta);-----

6.1.3.- Face ao uso pretendido, destinado á actividade de comércio, há a referir que se enquadra no disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7⁷ do Plano Director Municipal, onde dispõe que, os espaços de

⁵ Artigo 4.º - Licença, comunicação prévia e autorização de utilização -----

1 - A realização de operações urbanísticas depende de controlo prévio, que pode revestir as modalidades de licença, comunicação prévia ou autorização de utilização, nos termos e com as excepções constantes da presente secção. -----

2 - Estão sujeitas a licença administrativa: -----

a) As operações de loteamento; -----

b) As obras de urbanização e os trabalhos de remodelação de terrenos em área não abrangida por operação de loteamento; -----

c) As obras de construção, de alteração ou de ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou por plano de pormenor que contenha os elementos referidos nas alíneas c), d) e f) do n.º 1 do artigo 91.º do Decreto -Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;

⁶ É de 1994, sendo o instrumento de planeamento em fase de concepção, cujas orientações têm sido adoptadas pelos serviços técnicos, desta autarquia, para efeitos de limitação das zonas previstas no n.º 1 do art.º 73 do Reg. do P.D.M. -----

⁷ Artigo 7º - Ordenamento do território municipal -----

classe 1 possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista; -----

6.1.4.- O projecto de arquitectura está de acordo com o estipulado no n.º 1 e 2 do art.º 20 do DL 555/99, de 16 de Dezembro e Ulteriores Alterações; -----

6.1.5. Dado as dimensões da parcela de terreno, o requerente cumpre o especificado na alínea d) do n.º 3 do art.12⁸ do Plano Director Municipal, ou seja, o mínimo de 19 lugares de estacionamento no interior do lote; -----

7.- PROPOSTA DE DECISÃO-----

7.1.-Propõe-se a aprovação do projecto de arquitectura, apresentado sob requerimento n.º 1782/10.-----

7.2- De acordo com o n.º 4 do art. 20º do DL 555/99 de 16 de Dezembro e Ulteriores Alterações, dispõe o interessado do prazo de seis meses para apresentar projectos de engenharia de especialidades conforme estabelecido no n.º 5 do art.º 11 da Portaria 216-E/2008 de 3 de Março, designadamente: -----

- Projecto de estabilidade que inclua o projecto de escavação e contenção periférica; -----

- Projecto de águas pluviais; -----

- Projecto de alimentação e distribuição de energia eléctrica;-----

- Projecto de instalação de gás ou declaração de isenção;-----

1 - Para efeitos de aplicação deste Regulamento, o território do concelho de Chaves reparte-se pelas seguintes classes e categorias de espaços, estabelecidas em função do uso dominante dos solos e traduzidas graficamente na planta de ordenamento: -----

a) Classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis, subdividida nas seguintes categorias: -----

Categoria 1.1 - cidade de Chaves; -----

Categoria 1.2 - vila de Vidago; -----

Categoria 1.3 - outros aglomerados; -----

Categoria 1.4 - áreas periurbanas de Chaves; -----

Categoria 7.2 - rede rodoviária fundamental. -----

2 - As classes de espaços estabelecidas no número anterior caracterizam-se do seguinte modo: -----

a) Classe 1 - espaços urbanos e urbanizáveis - espaços que possuem já ou estão vocacionados para uma utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista, traduzida pela concentração dos espaços edificados, pelo nível de infra-estruturação urbanística e pelos equipamentos, actividades e funções neles implantados ou instalados; -----

⁸ Artigo 12º - Áreas para estacionamento de veículos -----

3 - Sem prejuízo de regras mais exigentes que sejam impostas por legislação de carácter geral ou do que o regulamento, planos ou projectos mencionados no número anterior venham a instituir, terão de garantir-se cumulativamente os seguintes mínimos de lugares de estacionamento: -----

a) Um lugar por cada fogo; -----

b) Um lugar por cada 200 m² de área bruta de construção em moradias unifamiliares; -----

c) Um lugar por cada 120 m² de área bruta de construção destinada a habitação colectiva; -----

d) Um lugar por cada 50 m² de área bruta de construção destinada a comércio ou serviços; -----

- Projecto de redes prediais de água e esgotos; -----
- Projecto acústico; -----
- Estudo de comportamento térmico; -----
- Projecto de instalações telefónicas e de telecomunicações;-----
- Projecto de Segurança contra incêndio, para a Utilização - tipo VIII;-----
- Projecto de arranjos exteriores;-----

Deve ainda ser apresentada declaração de conformidade regulamentar subscrita por perito qualificado, no âmbito do Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do Ar Interior nos Edifícios (SCE), neste caso se aplicável.-----

No prazo de 60 dias a contar do início dos trabalhos, deve o promotor da obra, apresentar na câmara municipal cópia do projecto de execução de arquitectura, e de engenharia das especialidades, do projecto agora apresentado.-----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL, SRA. ENGENHEIRA MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/08/05. -----

A Presente informação/Parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DATADO DE 2010/08/06. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA, CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HBAITAÇÃO COLECTIVA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - M. SALGADO - IMOBILIÁRIA, LDA. - SITO NA QUINTA DAS MIMOSAS - FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO TERRITORIAL DA SRA. ENG. CIVIL MARIA CONCEIÇÃO ALVES MARTINS DATADA DE 2010/08/03

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Localização-----

O terreno objecto de aparecer situa-se na Quinta das Mimosas (Casas dos Montes), na Freguesia de Santa Maria Maior, no Concelho de Chaves.-----

Enquadramento da Pretensão-----

-Com as disposições do PDM-----

De acordo com as plantas de ordenamento do Plano Director Municipal o terreno objecto de parecer localiza-se segundo a planta de ordenamento nº 47 A do Plano Director Municipal de Chaves, em espaço de classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis, da categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

Segundo as plantas de condicionantes do Plano Director Municipal, o terreno em causa não se encontra abrangido por nenhuma servidão.----

-Com as orientações de estudos urbanísticos de gestão territorial --

Face às plantas de zonamento da proposta de Plano de Urbanização de Chaves insere-se em numa Zona Residencial a colmatar do tipo R2, estando previsto uma edicabilidade máxima de 0,8 m2/m2 (índice de ocupação), com o n.º máximo de 4 pisos acima do solo (r/c +3 andares).-----

Análise do Processo-----

O requerente através do requerimento n.º 1301/10, solicita pedido de informação prévia relativamente à viabilidade de realizar uma operação urbanística de Edificação na Quinta das Mimosas (Casas dos Montes), na Freguesia de Santa Maria Maior, no Concelho de Chaves.-- Na memória descritiva e justificativa relativa à viabilidade de realizar uma operação urbanística, propõe a edificação de um edifício composto por cave, r/c e 3 andares.-----

O requerente pretende proceder à anexação de dois artigos registados na a conservatória de registo predial sob - reg. n.º 1322/20090220 com área de 1440,0 m² e reg. n.º 1169/20081229 com área de 2337,0 m² sendo o titular a Firma M.SALGADO - IMOBILIARIA LDA. Na totalidade perfaz uma área de 3 777,0 m² de área de terreno.-----

Assim, aplicando o índice proposto ($0,8 \times 3.777,0 = 3.021,6$ m²) poderá construir uma área máxima de 3.021,6 m². O requerente propõe 3.021,6 m² (sem a cave, dado esta não ser contabilizada para efeitos de índice de construção, em conformidade com o disposto no n.º3 do art.º 9 do Reg. do P.D.M., desde que estas fracções fiquem adstritos às habitações).-----

Estamos perante uma edificação constituída por 18 fogos, pelo que se trata de uma habitação colectiva, pelo que a operação urbanística em análise tem impacto semelhante a uma operação de loteamento, dado que o edifício a construir é constituído por 1 caixas de escada e 18 fracções, inserindo-se no disposto na alínea a) do art.º 8 Regulamento Municipal de Urbanização e de Edificação e Tabela de Taxas e Licenças Devidas pela Realização de Operações Urbanísticas;- Considerando ainda que a operação urbanística em análise tem impacto semelhante a uma operação de loteamento face ao disposto nos art.º 43 e 44 do Dec-Lei 555/99, com a redacção actual dada pelo De-Lei 26/10, fica sujeita ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis;-----

As áreas a cederem para o domínio público por força do disposto no art.º 21 do Reg. do PDM seria de 1.510,80 m² ($0,40 \times 3777,0 = 1.510,80$ m²) destinada a espaços públicos (espaços verdes, arruamentos viários e pedonais e estacionamento).-----

Por força do disposto no art.º 20 do Reg. do PDM, as áreas a ceder são as seguintes:-----

- Destinada a equipamentos de utilização colectiva 755,4 m² ($0,25 \times 3021,6 = 755,4$ m²);-----

- Destinada a espaços verdes, arruamentos viários e pedonais e estacionamento é de 556,55 ($0,15 \times 3777,0 = 556,55$ m²);-----

Ora no total de área a ceder seria de 1.311,95 m², o que é inferior ao máximo admissível, ou seja, os 40% máximos exigíveis, que seria de 1.510,80 m² ($0,40 \times 3777,0 = 1.510,80$ m²).-----

Ora o requerente propõe ceder:-----

1- Espaços Públicos-----

- Destinado a espaços verdes - 713,45 m²-----

- Destinado a arruamentos viários e pedonais e estacionamento - 2.172,51 m².-----

Possui em excesso uma área de 661,71 m² ($2.172,51 - 1.510,80 = 661,71$ m²).-----

2- Equipamentos-----

- Destinado a equipamentos de utilização colectiva, não propõe ceder qualquer área.-----

No entanto face às áreas que a câmara aceita como cedência, será de 1846,42 m² (área pública, destinada à instalação das infra-estruturas viárias) e 52,0 m² para o domínio privado do município (área a ser futuramente integrada na Escola Francisco Gonçalves

Carneiro- de Casas dos Montes), perfazendo no total uma área de 1898,0 m2.-----

Considera-se que o pedido formulado, apesar da área a ceder para equipamentos de utilização colectiva ser inferior ao exigido na alínea b) do n.º2 do art.º 21 do Reg. do PDM, julga-se salvo melhor opinião que, não deverá o requerente compensar este município pela área não cedida, em virtude de ceder para espaços públicos uma área superior à máxima admissível, ou seja, em cumprimento do estipulado na alínea a) do n.º2 do art.º21 do Reg. do PDM, o município não poderá exigir para cedências ao domínio publico uma área superior a 40% da área total do terreno (40% * 8.720,0 m2= 3.488,0 m2).----- Assim, dado que o requerente cede para espaços públicos uma área de 1898,0 m2 que foram impostos por esta Divisão, nomeadamente o dimensionamento dos arruamentos viários, passeios, estacionamento, área esta que já ultrapassa largamente os 40% exigidos, pelo que é nosso entendimento, que o requerente não deverá ser penalizado na compensação na área a não ceder para equipamentos, nem para espaços verdes.-----

Na apreciação do processo em causa, e à semelhança do que se tem perfilhado em situações análogas, tem sido regra seguir as orientações plasmadas no zonamento da proposta de Plano de Urbanização de Chaves, pelo que a proposta enquadra-se em Zona do tipo R2, estando previsto uma edificabilidade máxima de 0,8 m2/m2, respeitando o estudo proposto tal índice (0,8* 3777,0 = 3.021,6 m2), ou seja 3.021,6 m2 =3.021,6 m2;-----

Deverá o requerente ter em atenção ao n.º de lugares de estacionamento face ao disposto no n.º3 do art.º12 do Reg, do PDM.-- Considera-se que o estudo urbanístico proposto para o local, vai de encontro às orientações propostas por esta Divisão, nomeadamente na edificação apenas de um edifício, com o recuo do mesmo, deixando uma faixa de protecção ao passeio.-----

Considerando que o pedido de viabilidade propõe áreas de cedências para espaços públicos superiores aos legalmente exigidos no Plano Director Municipal;-----

Considerando que a área a edificar para efeitos de comprimento do Índice de Construção é de 3.021,6 m2, igual ao máximo admissível - 3.021,6 m2;-----

Considerando que de acordo com o Dec-Lei 163/06 de 8 de Agosto, face à entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2008, impõe-se que o requerente dê cumprimento às indicações previstas para este tipo de licenciamento, ou seja, 25 % a 87,5 % do numero total de fogos do edifício, com o mínimo de 1 fogo;-----

Considerando que o pedido de viabilidade respeita o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 73 do Reg. do PDM, enquanto não forem plenamente eficazes os planos de urbanização da Cidade de Chaves e da Vila de Vidago, os índices de construção a observar dentro dos respectivos perímetros urbanos são os plasmados no referido art.º 73 do Reg. do PDM;-----

Considerando que o presente pedido de informação prévia dá cabal cumprimento a todas as regras urbanísticas previstas no PDM em vigor, único instrumento territorial plenamente eficaz no concelho;- Face ao proposto pelo requerente, verifica-se que o pedido formulado cumpre os índices propostos no PDM.-----

Considera-se, ainda que o arruamento é da responsabilidade de execução do promotor do empreendimento, nomeadamente ao cumprimento do ponto 6 do parecer emitido pela DOTPU.-----

Proposta de Decisão-----

Face ao exposto, julga-se, salvo melhor opinião, propor o **deferimento** do pedido de informação prévia apresentado sob requerimento n.º1301/10, devendo o projecto a apresentar respeitando os condicionalismos impostos no parecer acima referido, bem como a legislação em vigor, nomeadamente Dec-Lei 555/99 com a redacção dada pela Lei 60/07, Dec-Lei 163/06 e demais legislação específica, bem como Reg. do PDM.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria.-----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DATADO DE 2010/08/06. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE - FILIPA ABREU ALEGRIA MARTINS COSTA LEITE - SITO NO LUGAR DO CHARQUEIRÃO - FREGUESIA DE FAIÕES - CONCELHO DE CHAVES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA E TERRITORIAL DA ENG.BRANCA MANUELA GIL FERREIRA DATADA DE 2010/08/10

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1.- INTRODUÇÃO-----

1.1.- A Sr.ª Filipa Abreu Martins Costa Leite, solicita sob requerimento n.º 1938/10, referente ao processo n.º 209/10, certidão de destaque de uma parcela de terreno, descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 619/19960809 e inscrito na matiz com o n.º 1134, situada no lugar do Charqueirão - Faiões, freguesia da Faiões no concelho de Chaves.-----

2.-ANTECEDENTES-----

2.1.- No prédio urbano, objecto de operação de destaque, existe, uma habitação licenciada sob o n.º 234/05, em nome de Luís José Branco Costa Leite.-----

3.-INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

3.1.- O processo está instruído de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º5⁹ e de acordo com o n.º1 do art.º11¹⁰ do Regulamento de

3. O pedido de destaque de parcela de prédio deve ser dirigido ao Presidente da Câmara, sob a forma de requerimento escrito, e deve ser acompanhado dos seguintes elementos: -----

-Documento comprovativo da qualidade de titular de qualquer direito que confira a faculdade de realização da operação de desanexação; --

-Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio abrangido;

-Extracto da planta do Plano Director Municipal em vigor neste Concelho; -----

-Planta topográfica de localização à escala 1:1000, a qual deve delimitar a área total do prédio; -----

- Planta de localização à escala 1:10000 - carta militar actualizada - , assinalando devidamente os limites da área do prédio; -----

¹⁰ Requerimento e Instrução -----

1. O requerimento inicial de informação prévia, de licença ou comunicação relativo a todos os tipos de operações urbanísticas obedece ao disposto nos artigos 8.º a 10.º, do Decreto -Lei n.º

Urbanização e de Edificação e Tabela de Taxas devidas pela Realização de Operações Urbanísticas.-----

4.- ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1.- No regime jurídico-----

4.1.1- O pedido agora apresentado pelo requerente tem enquadramento legal no disposto no n.º 4 do art.º 6 ¹¹do Dec-Lei 555/99, de 16 de

555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, e deve ser acompanhado dos elementos instrutórios previstos na Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, para além dos documentos especialmente referidos no aludido diploma legal. -----

¹¹ Artigo 6.º - Isenção de controlo prévio -----

1 - Sem prejuízo do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 4.º, estão isentas de controlo prévio: -----

a) As obras de conservação;-----

b) As obras de alteração no interior de edifícios ou suas fracções que não impliquem modificações na estrutura de estabilidade, das cercas, da forma das fachadas e da forma dos telhados ou coberturas; -----

c) As obras de escassa relevância urbanística; -----

d) Os destaques referidos nos n.os 4 e 5 do presente artigo. -----

2 - (Revogado.) -----

3 - (Revogado.) -----

4 - Os actos que tenham por efeito o destaque de uma única parcela de prédio com descrição predial que se situe em perímetro urbano estão isentos de licença desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamentos públicos. -----

5 - Nas áreas situadas fora dos perímetros urbanos, os actos a que se refere o número anterior estão isentos de licença quando, cumulativamente, se mostrem cumpridas as seguintes condições: -----

a) Na parcela destacada só seja construído edifício que se destine exclusivamente a fins habitacionais e que não tenha mais de dois fogos; -----

b) Na parcela restante se respeite a área mínima fixada no projecto de intervenção em espaço rural em vigor ou, quando aquele não exista, a área de unidade de cultura fixada nos termos da lei geral para a região respectiva. -----

6 - Nos casos referidos nos n.os 4 e 5, não é permitido efectuar na área correspondente ao prédio originário novo destaque nos termos aí referidos por um prazo de 10 anos contados da data do destaque anterior. -----

7 - O condicionamento da construção bem como o ónus do não fraccionamento previstos nos n.os 5 e 6 devem ser inscritos no registo predial sobre as parcelas resultantes do destaque, sem o que não pode ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas. -----

8 - O disposto no presente artigo não isenta a realização das operações urbanísticas nele previstas da observância das normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de planos municipais ou especiais de ordenamento do território, de servidões ou restrições de utilidade pública, as normas técnicas de construção, as de protecção do património cultural imóvel, e a obrigação de comunicação prévia nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março, que estabelece o regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional. -----

Dezembro, alterado e republicado pela Lei60/2007 de 4 de Setembro, estando deste modo Isento de Licença, desde que as duas parcelas resultantes do destaque confrontem com arruamento público.-----

4.2.- Nas disposições do Plano Director Municipal-----

4.2.1.- O terreno que se pretende destacar, está inserido em espaço de classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal;-----



Localização da pretensão.

5.- ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1.- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio rústico, objecto de destaque, tem a área total de 2335.00 m², está inscrito na matriz com o n.º 1134 e descrito na conservatória sob o n.º 619/19960809 da freguesia de Faiões;-----

5.2.- A área da parcela a destacar é de 1 059.00 m² e está inserida em classe 1 - Espaços Urbanos e Urbanizáveis, categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal.-----

5.3.- A parcela sobrance (mãe) ficará com a área de 1 276.00 m² e está inserida em classe 1 - espaço Urbano e Urbanizável - categoria 1.3 - Outros Aglomerados, de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Director Municipal.-----

5.4.- O requerente propõe para a parcela a destacar, uma área bruta de construção estimada de 300.00 m² e de implantação de 150.00 m². Assim temos que 1 059.00 (área da parcela a destacar) m² x 0.5 m²/m² (índice de construção do local) = 529.50 m² (máxima área bruta de construção permitida) > 300.00 m² (área bruta de construção proposta). Resulta assim um índice de construção de 0.28 m²/m² = (300.00 m²/1059.00 m²) < 0.50 m²/m² (índice de construção do local);--

5.5.- Para a parcela sobrance, propõe uma área bruta de construção estimada é de 416.00 m² e de implantação de 295.00 m². Assim temos que 1 276.00 (área da parcela a destacar) m² x 0.5 m²/m² (índice de construção do local) = 638.00 m² (máxima área bruta de construção permitida) > 416.00 m² (área bruta de construção proposta). Resulta

9 - A certidão emitida pela câmara municipal comprovativa da verificação dos requisitos do destaque constitui documento bastante para efeitos de registo predial da parcela destacada. -----

10 - Os actos que tenham por efeito o destaque de parcela com descrição predial que se situe em perímetro urbano e fora deste devem observar o disposto nos n.os 4 ou 5, consoante a localização da parcela a destacar, ou, se também ela se situar em perímetro urbano e fora deste, consoante a localização da área maior. -----

assim um índice de construção de $0.33 \text{ m}^2/\text{m}^2 = (416.00 \text{ m}^2/1276.00 \text{ m}^2) < 0.50 \text{ m}^2/\text{m}^2$ (índice de construção do local); -----

5.6.-As parcelas resultantes do destaque confrontam com arruamento público; -----

6.- PROPOSTA DE DECISÃO-----

561.- O pedido formulado pelo requerente reúne os requisitos constantes do disposto no n.º4 do art.6, do Dec.-Lei 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 26/2010 de 30 de Março.-----

6.2.- Assim, emite-se parecer favorável à emissão da certidão de destaque de acordo com o solicitado, sob requerimento n.º 1938/10.-- À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DATADO DE 2010/08/11. -----

Visto. Concordo. À Reunião de Câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do requerente, nos precisos termos da informação técnica supra. Proceda-se à emissão da respectiva certidão de destaque. Notifique-se. -----

VII

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO MUNICIPAL PASTORIA/CASAS NOVAS.-AUTO DE MEDIÇÃO N°01/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n°01/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Anteros Empreitadas, S.A, no valor de 30.489,75 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.08.11. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 30.489,75 €, (trinta mil quatrocentos e oitenta e nove euros e setenta e cinco centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -

1.2. CENTRO SOCIAL DA VÁRZEA.-AUTO DE MEDIÇÃO N°07/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n°07/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Edibarra Engenharia e Construção, S.A, no valor de 885,48 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.08.11. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 885,48 € (oitocentos e oitenta e cinco euros e quarenta e oito centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.3. VARIANTE À E.M.502 - SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE.-AUTO DE MEDIÇÃO Nº03/DE/2010 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº03/DE/2010, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a firma, Urbanop, Urbanizações e Obras Públicas, Lda, no valor de 10.180,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais: -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO, ENGº JOSÉ ANTÓNIO T.F. CARNEIRO, DE 10/08/2010. -----

Visto. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respectivo pagamento no valor de 10.180,00 € (dez mil cento e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.4. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA EXECUÇÃO DA OBRA "REQUALIFICAÇÃO DAS VIAS MARGINAIS AO CENTRO ESCOLAR DE SANTA CRUZ/TRINDADE" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA -----

Foi presente a informação nº150/DE/2010, do Director de Departamento de Obras Municipais Ambiente e Serviços Urbanos, Eng. José António Carneiro identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra para todos os efeitos legais: -----

A - Antecedentes-----

1 -A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República -2ª Série, nº48 de 10 de Março de 2010, concurso público tendo como objecto a adjudicação da empreitada "Requalificação das Vias Marginais ao Centro Escolar de Santa Cruz/Trindade". -----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 28 de Abril de 2010, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Anteros Empreitadas, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3 - O acto adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia no dia 24 de Maio de 2010. Face ao valor dos encargos assumidos pelo respectivo contrato administrativo. -----

4 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, é de 187.990,86 € (Cento e oitenta e sete mil novecentos e noventa euros e oitenta e seis centavos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

- Prazo de execução da obra: 60 dias contados a partir da consignação dos trabalhos. -----

B - Da execução do contrato da empreitada-----

1 - O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado no dia 07 de Junho de 2010. -----

2 - O adjudicatário, apresentou a 13 de Julho de 2010, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis.--

C - Da proposta-----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do

Decreto Lei nº 273/2003 de 29 de Outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto Lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. ----

Analísado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pelo Srª Engª Fernanda Serra, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser actualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

É ainda obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal. -----

Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação. -----

São obrigações do coordenador de segurança em obra, as definidas no ponto nº 2 do artigo 14º do já citado Decreto Lei nº 273/2003 de 29 de Outubro. -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o nº 1 do artigo 71 da Lei 169/99, 18 de Setembro. -----

À Consideração Superior. -----

Divisão de Empreitadas, 09 de Agosto de 2010. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BARISTA, DE 20101.08.11. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2- SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- HIGIENE PÚBLICA

4- CEMITÉRIOS

5- PROTECÇÃO CIVIL

6- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO

7- COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES

8- DEFESA DO MEIO AMBIENTE

9- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES

10- SEGURANÇA PÚBLICA

11- ILUMINAÇÃO PÚBLICA

12- TERMAS

13- ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

VIII EXPROPRIAÇÕES

1. AQUISIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO DA ÁREA SOBRANTE DA PARCELA N.º 221-AA. OBRA: "LIGAÇÃO RODOVIÁRIA ENTRE A E.M. 506 E O I.P.3/A24 - NÓ DO PARQUE EMPRESARIAL DE CHAVES." PROPOSTA N.º. 60/GAPV/2010 ---

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Antecedentes e Justificação. -----

1. Ao abrigo da competência que lhe está legalmente confiada pela alínea c), do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Executivo Camarário, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 21 de Maio de 2008, deliberou propor a (DUP) - "*Declaração de Utilidade Pública*" -, para efeitos de expropriação, das parcelas de terreno indispensáveis à concretização da obra pública "**Ligação rodoviária entre a E.M. 506 e o I.P.3/A24 - Nó do Parque Empresarial de Chaves**", nos termos da Proposta N.º 41/GAPV/2008. -----

2. A referida resolução de expropriar das parcelas necessárias à execução da obra "Ligação Rodoviária entre a E.M. 506 e o I.P.3/A24 - Nó do Parque Empresarial de Chaves", contemplava, no respectivo mapa de expropriações, as áreas a expropriar das parcelas necessárias à execução do projecto da obra em causa, não tendo o perito da lista oficial que realizou a avaliação prévia, considerado as áreas sobranes dos prédios. -----

3. Considerando que o proprietário da parcela n.º 221-AA, Sr. António Bernardo, se dirigiu a estes serviços municipais - Sector de Contratos, Expropriações e Apoio ao Notariado -, manifestando o seu interesse em vender ao Município a área sobranes da referida parcela, facto que se fica a dever, exclusivamente, às reduzidas dimensões da mesma, deixando esta de ter qualquer interesse económico para o referido proprietário. -----

4. Após consulta do referido processo administrativo e realização por parte da Divisão de Empreitadas de um levantamento, para o apuramento da área sobranes da referida parcela - 41,33m² -, concluiu-se que, efectivamente o prédio ficou com uma área de reduzidas dimensões, e que a mesma deixa de ter qualquer interesse económico para o referido proprietário. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito. -----

Assim, e em coerência com as razões anteriormente enunciadas, e nos termos do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário que adopte deliberação no sentido de:

a) Que seja autorizada a aquisição, pela via do direito privado, da área sobranes da parcela n.º 221-AA, pelo montante de € 62,00 (Sessenta e dois euros), devendo o respectivo contrato - escritura - ser formalizado pelo Notário Privativo da Autarquia, em conformidade com o disposto no Artigo 875.º do Código Civil, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de Julho, conjugado com o Artigo 11.º do C.E., logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias para o efeito, ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar o respectivo contrato; -----

b) Por último, caso a presente proposta venha a merecer a aprovação por parte do Executivo Camarário, dever-se-á dar conhecimento do teor integral da mesma e da decisão administrativa praticada sobre a matéria, à proprietário da parcela n.º 221-AA, mediante a expedição da competente notificação ao abrigo dos Artigos 68º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. -----
 Chaves, 10 de Agosto de 2010. -----
 O Presidente da Câmara, -----
 Dr. João Batista -----
Em Anexo: Levantamento efectuado pela Divisão de Empreitadas. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. CHAVESPOLIS, S.A. - EXPROPRIAÇÕES LITIGIOSAS/ACORDO DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA. PROPOSTA N 17/GAPV/2010 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Antecedentes e Justificação: -----

1) Considerando que a Sociedade Chaves Polis, constituída ao abrigo do Decreto-Lei nº 70/2000, de 25 de Março, promoveu a expropriação de bens imóveis indispensáveis à execução de projectos de valorização e requalificação ambiental urbana; -----

2) Considerando que, mediante deliberação do órgão executivo realizada em 8/10/2007, foi presente a proposta 113/GAPV/2007, através da qual foram identificadas as empreitadas realizadas pela Sociedade Chaves Polis, bem como os titulares do património imóvel a expropriar; -----

3) Considerando que a deliberação tomada pelo órgão executivo foi no sentido de o município se responsabilizar pelos encargos emergentes das referidas expropriações e constantes do Relatório de Caracterização/Avaliação efectuado pelo Perito da Lista Oficial; ---

4) Considerando que, no decurso da respectiva arbitragem, verifica-se que as indemnizações devidas têm excedido os valores fixados na fase inicial, os quais se encontram caucionados, tendo o tribunal interpelado a Sociedade Chaves Polis para que a mesma proceda ao depósito da diferença entre aquele valor e o montante fixado na arbitragem, atinente à fixação definitiva do valor da justa indemnização; -----

5) No cumprimento do Código das Expropriações, a ausência de depósito no prazo fixado, o juiz notificará o serviço que tem a seu cargo os avals do Estado para a concretização do depósito do referido montante em substituição da entidade expropriante, sendo que a DGTF tem vindo a proceder ao pagamento do complemento das indemnizações e respectivos juros de mora devidos pela Sociedade Chaves Polis, ficando o Estado titular do direito de regresso, detendo um crédito sobre a referida sociedade; -----

6) Tendo em conta as reuniões havidas com a Direcção-Geral de Tesouro e Finanças, foi pela mesma, apresentada uma proposta para a celebração de um acordo de regularização de dívida, a qual, após a competente apreciação, foi considerada oportuna e financeiramente exequível. -----

II - Proposta em sentido estrito: -----

a) Pelo exposto, e não dispondo a Chaves Polis meios financeiros para fazer face à dívida em causa, proponho que o município assumira a responsabilidade do seu pagamento, na qualidade de sócio maioritário

de referida sociedade (40%), pela assunção determinada na deliberação camarária de 8/11/2007; -----

b) Que tal responsabilidade seja materializada pela celebração de um Acordo de Regularização de Dívida com a Direcção-Geral de Finanças, de acordo com a deliberação do órgão executivo realizada em 7/12/2009, na qual foi autorizada a assumpção, por parte do Município, do eventual reembolso de tais quantias, ora suportadas mediante o recurso ao mecanismo do aval do Estado - ou seja, a diferença existente entre o depósito provisório e o complemento de arbitragem - logo que seja pública e definitiva a respectiva decisão judicial sobre a matéria; -----

c) Que seja submetida a presente proposta à próxima reunião do órgão executivo, para aprovação, bem como da matriz em anexo; -----

d) Em caso de aprovação da presente proposta, deverá ser dado conhecimento do conteúdo da mesma à Direcção-geral de tesouro e Finanças, para operacionalização do referido acordo de regularização de dívida, para a recolha da competente assinatura. -----

e) Que seja, legitimado, desde já, o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal, a outorgar todos os documentos, incluindo o acordo a celebrar, indispensáveis à formalização das condições a estabelecer com a Direcção-Geral do Tesouro; -----

f) A despesa emergente do aludido Acordo de regularização de Dívida, encontrará acolhimento nos documentos previsionais a elaborar para o exercício económico de 2011, através da rubrica orçamental da despesa 080301 - Administração Central - Estado. -----

g) Por fim, que a decisão administrativa que vier a ser praticada seja levada ao conhecimento da entidade beneficiária das expropriações, a sociedade "CHAVESPOLIS - Sociedade Para o Desenvolvimento do Programa Polis em Chaves, S.A.". -----
Chaves, 9 de Março de 2010 -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Dr. João Batista) -----

Em anexo: Minuta do aludido Acordo -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IX

DIVISÃO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

X

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

XI

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS. INFORMAÇÃO DA DAP DE 2010/07/23. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Na sequência do despacho praticado pelo Vice-Presidente da Câmara, Arq. Carlos A. Castanheira Penas, de 23 de Julho último, o qual

recaiu sobre a informação produzida pela Divisão de Abastecimento Público, de 23 de Julho de 2010, e relativa à eventual prorrogação dos efeitos do contrato de prestação de serviços celebrado com a empresa "AGS", cumpre-me informar o seguinte: -----

1. Na precedência de concurso público, veio a ser celebrado com a Empresa "AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.", um contrato de Prestação de Serviços tendo como objecto a Operação, Manutenção e Conservação de Estações Elevatórias e Estações de Tratamento de Águas Residuais. -----

2. O aludido contrato veio a ser formalizado, por escrito, em 18 de Agosto de 2008, nos termos da proposta apresentada pela firma adjudicatária e de acordo com as condições de execução do contrato emergentes do Caderno de Encargos que deu suporte ao correspondente procedimento adjudicatário. -----

3. Do clausulado do aludido contrato, em vista ao esclarecimento da matéria ora em apreciação, importa destacar a consagração das seguintes condições contratuais: -----

i) Duração do contrato: O contrato de prestação de serviços em causa tem a duração de doze meses, começando o mesmo a produzir os seus efeitos na data da sua celebração; -----

ii) Preço e condições de pagamento: O encargo total estimado para o presente contrato é de € 180.913.97, sendo € 150.761.64 referentes ao valor da prestação de serviços e de € 30.152.33, relativos ao valor do IVA, -----

iii) Renovação do contrato: O contrato em causa é susceptível de renovação por sucessivos períodos de um ano até ao limite de três anos. No entanto, a eventual prorrogação dos efeitos do contrato, nos termos anteriormente configurados, deverá ser comunicada, pelo Município de Chaves, ao cocontratante privado até sessenta dias do termo do contrato e ou da prorrogação em vigor; -----

iv) Revisão de Preços: O contrato em apreciação contempla, na sua cláusula 5ª, um regime de revisão de preços, sendo certo que os preços da prestação de serviços objecto do contrato serão, anualmente, actualizados desde que o valor da actualização exceda o valor de 2%. -----

4. Neste contexto, em face das condições de execução do contrato plasmadas no seu clausulado, o mesmo é susceptível de ser prorrogado por sucessivos períodos de um ano, até ao limite de três. -----

5. Sendo certo que a eventual prorrogação dos efeitos do contrato deverá ser comunicada ao cocontratante privado até sessenta dias do seu termo ou da prorrogação em vigor, ou seja, no caso individual e concreto, com a antecedência de sessenta dias relativamente a 18 de Agosto de 2009, data na qual perfaz dois anos de duração do contrato em causa. -----

6. Assim, depois de uma avaliação claramente positiva feita pela Divisão de Abastecimento Público sobre as condições de execução do contrato em causa por parte da firma prestadora, apontando a mesma, de forma inequívoca, para a prorrogação dos seus efeitos por mais um ano, deverá tal unidade orgânica, por escrito, comunicar tal decisão ao cocontratante privado, nos termos e para os efeitos do disposto na cláusula 13ª do contrato. -----

7. Por último, considerando que a prestação de serviços em causa, bem como a minuta do respectivo contrato, veio a ser aprovada por deliberação do executivo camarário de 3 de Julho de 2008, a prorrogação dos efeitos do contrato, ora sugerida pela Divisão competente, deverá ser, previamente, sancionada pelo aludido órgão municipal. -----

8. Nesta conformidade, deverá este assunto, nos termos legais, ser agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo camarário, a ter lugar no dia 16 de Agosto do corrente ano, em vista à obtenção da necessária deliberação, sendo, salvaguardada, simultaneamente, a modificação orçamental necessária em vista ao reforço da respectiva rubrica por forma a contemplar os encargos emergentes da prorrogação dos efeitos do contrato em causa. -----

É tudo o que tenho a informar, de momento, sobre este assunto. -----

À consideração superior, -----

A Técnica Superior Responsável -----

(Eva Castro) -----

Em anexo: Informação da DAP. -----

C/ Conhecimento à DGFE. -----

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, DR. PAULO ALVES DE 2010.08.05. -----

Visto. Concorde. À reunião de câmara para deliberação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PROCEDIMENTO CP - 04/SA/2010 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO BÁSICO. ---

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Enquadramento e análise formal das propostas -----

Aos dois dias do mês de Agosto do ano de dois mil e dez, pelas dez horas, no gabinete da Chefe de Divisão de Educação e Desporto, no Centro Cultural de Chaves, reuniu o júri designado para análise do procedimento CP - 04/SA/2010, constituído pelos seguintes membros:

- Presidente: Marcelo Caetano Delgado, Director de Departamento de Administração Geral; -----

- 1º Vogal: Lídia Felisbela Pereira Pinto, Chefe da Divisão de Educação e Desporto; -----

- 2º Vogal: José Carlos dos Santos Silva, Coordenador Técnico. -----

A reunião teve por finalidade ponderar as eventuais observações apresentadas pelos concorrentes, em sede de audiência prévia dos interessados, nos termos do artigo 147º do Código dos Contratos Públicos, e proceder à elaboração do relatório final, conforme decorre do disposto no artigo 148º do mesmo Código. -----

I - Das alegações apresentadas em sede de audiência dos interessados A empresa, Lourenço e Nóbrega Restauração e Catering, S.A., veio através de requerimento, via Vortal, com o registo de entrada nº 134482 de 26/07/10, e no exercício do direito do contraditório, apresentar as seguintes observações relativamente ao relatório preliminar, datado do pretérito dia 19 de Julho de 2010, muito concretamente, no que concerne à análise nele exarada e relativa às propostas apresentadas pelos concorrentes: ITAU, S.A., Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A. e SOLNAVE - Restaurantes e Alimentação, S.A., a saber: -----

a) A concorrente, ITAU e GERTAL, fazem parte da mesma entidade, ambas pertencem à empresa holding Trivalor (SGPS), SA, não são dois operadores de mercado autónomos e independentes violam, ao apresentarem duas propostas para o mesmo concurso, as regras da concorrência, igualdade e da estabilidade subjectiva dos concorrentes, nomeadamente as disposições previstas nos nº. 7 do

Artigo 59º e do nº. 2 (alínea i) e 3 do Artigo 146º, do Código dos Contratos Públicos (CCP). -----

b)As concorrentes, ITAU, GERTAL e SOLNAVE, não cumprem o exigido no Caderno de Encargos, mais propriamente o Artigo 1º, Parte II, Clausulas Técnicas, violando a alínea o), nº. 2 do Artigo 146º e nº. 2 do Artigo 70º do CCP, designadamente: -----

1.As concorrentes, ITAU e GERTAL apresentam no Plano de Ementas, a utilizar nas primeiras quatro semanas, "omeleta de fiambre", não constando o fiambre no Anexo C e B do Caderno de Encargos, conforme o Artigo 1º, Parte II, Clausulas Técnicas, onde refere: -----

"...As ementas a utilizar nas primeiras quatro semanas, serão as apresentadas a concurso. Devem ser observadas as capitações constantes do Anexo C e o Anexo B - Lista dos Alimentos Autorizados." -----

2.A concorrente, GERTAL apresenta fichas técnicas para uma só faixa etária, quando no Anexo C são apresentadas três faixas etárias; ----

3.A concorrente, SOLNAVE apresenta fichas técnicas com capitações que não correspondem ao designado no Anexo C e não apresenta o prato de peixe à posta, semanalmente obrigatório, conforme o ponto 4, Artigo 1º do Caderno de Encargos. -----

4.A exponente não aceita a classificação que lhe foi atribuída no ponto relativo ao pessoal afecto à Unidade de Confecção, e entende que os quatro motoristas propostos fazem parte do pessoal, a tempo inteiro, desse sector, argumentando que nessa unidade coloca 8 funcionários: "1 cozinheira (obrigatoriamente), 3 empregadas de refeitório e 4 motoristas", tendo estes últimos por função, "não só o transporte de refeições, mas também a função de emprar e ajudar no que respeita à execução da refeição", constituindo um reforço do pessoal mínimo exigido, 4 trabalhadores a tempo inteiro, para a Cozinha Central, conforme menciona o nº. 3, Artigo 9º do Caderno de Encargos. Mais argumenta, "que o C E, não refere a contratação externa de motoristas, e porque existem refeições transportadas em 4 (quatro) viaturas, é lógico que sejam os motoristas a fazê-lo com a função alargada supra descrita". Por isso, entende a exponente, que estes quatro motoristas devem ser considerados como pessoal afecto, a tempo inteiro, à Unidade de Confecção e por conseguinte obter a nota máxima no item em apreço. -----

- Em síntese, a firma, ora exponente, invoca, em defesa da sua posição subjectiva no âmbito do presente procedimento, os seguintes argumentos: -----

a)A exclusão das concorrentes, ITAU e GERTAL, por se tratarem da mesma entidade detida pela pro-concorrente TRIVALOR, e se assim não se entender, a exclusão por inobservância do Caderno de Encargos; --

b)A exclusão da concorrente SOLNAVE por inobservância do Caderno de Encargos; -----

c)A atribuição de pontuação máxima à exponente, no item de pessoal, afecto à unidade de confecção. -----

II - Do dever de ponderação das alegações apresentadas pela firma exponente. -----

a)O concorrente ora exponente pugna em defesa da sua posição subjectiva, no âmbito do presente procedimento concursal, que os concorrentes ITAU e GERTAL "são a mesma entidade e trata-se de duas empresas só aparentemente concorrentes, quando na realidade não são dois operadores de mercado autónomos e independentes". Compulsados novamente os documentos das duas concorrentes em questão verifica-se que ambas apresentam personalidade jurídica autónoma, com números de identificação fiscal distintos, constituindo pessoas colectivas

distintas com registo comercial na Conservatória N° 500 142 858 da firma ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, SA, e o N° 500 126 623 da firma GERTAL - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A. -----

A exponente também atribui motivo de exclusão ao facto dos concorrentes, ITAU e GERTAL, apresentarem no plano de ementas "omeleta de fiambre, não constando o fiambre no anexo C e no Anexo B do Caderno de Encargos" -----

A ementa apresentada pelas referidas empresas consiste num prato à base de ovo e não de fiambre, cumprindo, ao introduzirem ovos mexidos com fiambre e esparguete numa das ementas, a obrigatoriedade de constar, mensalmente, um prato à base de ovo, substituindo um de carne, conforme refere o ponto 4.2, n°. 4, Artigo 1º, Parte II. ---

A alínea e) do ponto 3.2 (prato) Caderno de Encargos, Artigo 1.º, das Clausula Técnicas, Parte II, refere "condicionalismos", onde expressa a proibição de utilização de alguns alimentos, e no que respeita ao fiambre diz: "a utilização de produtos de salsicharia e enlatados deve limitar-se a situações imprevistas". Ora na situação em concreto o fiambre não é apresentado como alimento protagonista mas sim como acompanhamento do ovo, esse sim, é o alimento principal e além disso, não é um alimento proibido mas sim de utilização condicionada. -----

Sobre a questão da firma Gertal apresentar "fichas técnicas para uma só faixa etária, quando no anexo C são apresentadas três faixas etárias". -----

O n°1, Artigo 1º, Parte II das Clausulas Técnicas, refere "as ementas a utilizar nas primeiras quatro semanas, serão as apresentadas a concurso. Devem ser observadas as capitações constantes do anexo C e anexo B." -----

A obrigatoriedade de apresentação das fichas técnicas das ementas submetidas ao concurso, tem por finalidade identificar a sua composição na totalidade, ao descreverem todos os alimentos que formam parte da refeição. As capitações são importantes, na medida que permitem à entidade adjudicante, neste caso, o Município de Chaves, exercer o acompanhamento e a fiscalização do serviço e a obrigatoriedade do cumprimento do Caderno de Encargos, por parte do adjudicatário, pois o n°2, do Artigo 22º, do Caderno de Encargos, no que respeita à "Prevalência " remete para o exposto no artigo 96º do Código dos Contratos públicos, que de acordo com o n°5, Artigo 96.º, do citado diploma, em caso de divergência entre documentos prevalece o Caderno de Encargos. Acresce ainda que as capitações não constituem elemento essencial da proposta, pese embora, tal elemento poder ser considerado um atributo da mesma, mas não tem relevância ou influência, directa ou indirecta, na análise do mérito das propostas. Tais elementos deverão ser ponderados no âmbito da execução do contrato particularmente no que diz respeito ao cumprimento, por parte do adjudicatário, dos parâmetros de qualidade/quantidade referidos no Caderno de Encargos. -----

b) Mais refere a exponente que a firma SOLNAVE - Restaurantes e Alimentação, S.A. deveria ser excluída porque as capitações não correspondem ao designado no Anexo C e não apresenta o prato de peixe à posta, semanalmente obrigatório. -----

No que respeita às "captitações", o entendimento do júri é o mesmo que consta na resposta da alínea a), no que se refere à Firma Gertal, e cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

O ponto 4.1, do nº4, Artigo 1.º, Parte II do Caderno de Encargos refere que "semanalmente é obrigatório 1 prato de peixe à posta" e o concorrente SOLNAVE, apresenta na 1ª semana "filetes de pescada com arroz de tomate, couve bruxelas nabo e cenoura" -----

O entendimento do Júri é que o filete cumpre o requisito de posta, uma vez que é um pedaço de peixe integral, pelo que, o júri não considera que haja aqui uma violação do fixado no Caderno de Encargos. -----

c) Alega a exponente que não aceita a classificação que lhe foi atribuída no ponto relativo a "pessoal", afecto à unidade de confecção. -----

Sob o ponto de vista orgânico funcional, o pessoal é distribuído por três áreas distintas: 1-Unidade Central de Confecção; 2-Transporte de refeições; 3-Refeitórios das Unidades Locais. As funções 2 e 3, podem ser desempenhadas pelo mesmo pessoal, uma vez que, não são simultâneas dando, à luz das normas do Programa de Procedimento, liberdade de opção ao concorrente: ter pessoal a tempo inteiro ou a tempo parcial. Este entendimento, verifica-se nas propostas dos restantes concorrentes. No entanto, no que toca ao pessoal da Unidade Central de Confecção, não é possível esta discricionariedade, porque está salvaguardada pela cláusula: "número mínimo de pessoas exigidas a tempo inteiro", como se verifica, no nº. 3, Artigo 9º, do Caderno de Encargos: "A cozinha central deve ter no mínimo 4 trabalhadores a tempo inteiro, sendo um deles obrigatoriamente cozinheiro." -----

O número de trabalhadores a tempo inteiro afectos à Unidade de Confecção, assenta em critérios sólidos e constitui um dos factores que contribuem para a proposta economicamente mais vantajosa, como está explícito no ponto 1.3, nº. 1, Artigo 6º, do Caderno de Encargos "Número de trabalhadores afectos, exclusivamente, à unidade central a tempo inteiro". Ora, na proposta da exponente, os 4 motoristas não estão exclusivamente a tempo inteiro na Unidade Central porque, logicamente desempenham funções distintas, saem das instalações da Unidade Central e vão distribuir as refeições pelas Unidades Locais, ficando apenas 4 trabalhadores, razão pela qual não poderá ser atribuída à proposta em apreciação, a pontuação correspondente a 8 trabalhadores afectos exclusivamente à unidade central. -----

III - Da decisão final -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, o júri deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

a) Julgar improcedentes os argumentos apresentados, em sede de audiência dos interessados, pela firma exponente e associados à eventual exclusão das propostas apresentadas pelas firmas ITAU, S.A., GERTAL - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A., não sendo os mesmos susceptíveis, nessa parte, de justificar a alteração do sentido de decisão perfilhado no relatório preliminar de dezasseis de Julho de dois mil e dez; -----

b) Julgar improcedentes os argumentos apresentados, em sede de audiência dos interessados, pela firma exponente e associados à eventual exclusão da proposta apresentada pela firma SOLNAVE - Restaurantes e Alimentação, S.A., não sendo os mesmos susceptíveis, nessa parte, de justificar a alteração do sentido de decisão perfilhado no relatório preliminar de dezasseis de Julho de dois mil e dez; -----

c) Julgar improcedentes os argumentos apresentados, em sede de audiência dos interessados, pela firma exponente acerca da alteração da sua pontuação relativo ao pessoal afecto à Cozinha Central; -----
 d) Tendo em conta o critério de adjudicação - Proposta economicamente mais vantajosa - e de acordo com os seus factores de densificação previstos no artigo 8º do Programa do Concurso, o júri deliberou por unanimidade, não alterar a ordenação das propostas dos concorrentes constantes no Relatório Preliminar, mantendo a ordenação definitiva:

CONCORRENTES	PONTUAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	CLASSIFICAÇÃO
UNISELF S.A.	4,40	1,35	1º
Eurest (Portugal) Lda.	4,40	1,45	2º
ITAU, S.A.	4,40	1,58	3º
SOLNAVE - Restaurantes e Alimentação, S.A.	4,40	1,60	5º
ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S.A.	4,20	1,40	4º
Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A.	3,60	1,18	6º
Lourenço & Nobrega - Restauração e Catering Lda.	3,60	1,34	7º

e) A exclusão definitiva da concorrente, NAREST, SOCIEDADE NACIONAL DE RESTAURAÇÃO, LDA., por impossibilidade de avaliação da proposta apresentada; -----

f) Tornar definitivo o sentido de adjudicação, exposto no Relatório Preliminar a favor do concorrente "UNISELF S.A. pelo preço unitário de 1,35 €/refeição, acrescido de IVA à taxa em vigor, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar a despesa, no caso a Câmara Municipal; -----

g) Em vista à celebração, por escrito, do referido contrato, dando cumprimento ao disposto no art. 77º e seguintes do CCP, dever-se-ão adoptar os seguintes procedimentos: -----

Notificação da decisão de adjudicação ora proposta, em simultâneo, a todos os concorrentes acompanhado do presente relatório; -----

Juntamente com a referida notificação, e no caso a firma adjudicatária, a mesma deverá ser notificada para: -----

1. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no art. 81º, do CCP, concedendo-se para o efeito, o prazo de 15 dias úteis; -----

2. No prazo de 10 dias úteis a contar da aludida notificação, o adjudicatário deverá prestar caução junto da entidade adjudicante e correspondente a 5%, do valor do preço contratual, dando cumprimento ao disposto no art. 90º do CCP e do programa de procedimento. -----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, o qual vai ser assinado pelos membros do júri. -----

O Júri, -----

(Marcelo Caetano, Dr.) -----

(Lídia Pinto, Dra.) -----

(José Carlos Silva) -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.08.11. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o Relatório Final supra. Proceda-se em conformidade com o teor do mesmo. Notifique-se. -----

3. PROCEDIMENTO CP - Nº05/SA/2010 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES TERRESTRES DE ALUNOS EM CIRCUITOS ESPECIAIS PARA O ANO LECTIVO DE 2010/2011. -----

Foi presente o relatório identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Aos dois dias do mês de Julho, pelas dez horas, no gabinete da Chefe de Divisão de Educação e Desporto, no Centro Cultural de Chaves, reuniu o júri designado para efeitos do procedimento CP - Nº05/SA/2010 CP, constituído pelos seguintes membros: -----

- Presidente: Lúcia Felisbela da Silva Pereira Pinto, Chefe da Divisão de Educação e Desporto; -----

- 1º Vogal: Márcia Raquel Silva Ramos Barreira Santos, Chefe da Divisão de Gestão Financeira Económica e Patrimonial; -----

- 2º Vogal: Tânia Raquel Pires Oliveira, Técnica Superior. -----

A reunião teve por finalidade ponderar as eventuais observações apresentadas pelos concorrentes, em sede de audiência prévia dos interessados, nos termos do artigo 147º do Código dos Contratos Públicos, e proceder à elaboração do relatório final, conforme decorre do disposto no artigo 148º do mesmo código. -----

I - Das alegações apresentadas em sede de audiência dos interessados
1. O concorrente Alberto Afonso Cabeleira veio, através de requerimento, via Vortal, de 21/07/2010, e no exercício do direito do contraditório, apresentar as seguintes observações relativamente ao relatório preliminar datado do pretérito dia 19 de Julho, alegando em síntese, na exposição apresentada, os seguintes argumentos: -----

"Tendo sido por mim apresentadas propostas em referência ao concurso acima mencionado, para os circuitos nºs. 20; 21 e 34, foi-me adjudicado o circuito nº. 20, não me tendo sido adjudicado o circuito nº. 21, embora não havendo concorrente com proposta mais vantajosa para esse circuito, por motivos do horário não ser compatível com a realização do circuito nº. 20. Estando interessado em executar o circuito nº. 21, solicito que me seja este adjudicado, em substituição do circuito nº. 20, visto ser a minha proposta a única também para este circuito." -----

2. O Concorrente Manuel Joaquim dos Santos Gonçalves veio através de requerimento, via Vortal, de 23/07/2010 e no exercício do direito do contraditório, apresentar as seguintes observações relativamente ao relatório preliminar datado do pretérito dia 19 de Julho, alegando, na exposição apresentada, os seguintes argumentos: -----

- "O reclamante apresentou proposta para adjudicação de dois circuitos no concurso público, circuito nº19 e nº28"; -----

- "Foi-lhe adjudicado o circuito nº28, nos termos dos critérios de adjudicação definidos"; -----

- "O circuito nº19 foi adjudicado ao Centro de Bem-estar Social de Santo Estevão, com sede na freguesia de Santo Estevão, Concelho de Chaves"; -----

- "Ora relativamente a esta ultima adjudicação, a do circuitonº19, levantam-se dúvidas sobre a sua legalidade. Senão vejamos"; -----

- "A entidade adjudicatária, O Centro de Bem Estar Social de Santo Estevão, não possui Alvará para o exercício da actividade de Transporte"; -----

-
- "Prova disso é o facto de os estatutos dessa mesma entidade não preverem tal objecto como segunda actividade ou acessória, conforme se poderá constatar pelo documento anexo, como doc.1"; -----
 - "Aliás, nos termos sobreditos a entidade em causa apenas poderá proceder ao transporte de crianças a quem o jardim de infância do Centro de Bem-estar Social de Santo Estevão presta serviços, mas já não concorrer a quaisquer concursos públicos para prestação de serviços de transporte terrestre de alunos em circuito especial"; --
 - "Não poderá, pois uma entidade desprovida desse objecto possuir tal licenciamento, condição prevista no concurso público ora em crise, na alínea e), do número 1, do artigo 14º do Programa de Procedimento"; -----
 - "Para além disso, também relativamente ao veículo com o qual a entidade concorreu ao circuito nº19 se levantam dúvidas legais. Compulsada a documentação relativa ao veículo com a matrícula 99-EU-27, podemos verificar que a respectiva licença de matrícula se encontra caducada já desde 11-06-2010, altura anterior à apresentação da proposta concorrente"; -----
 - "E mesmo o documento que instrui a proposta relativo este veículo apresenta desconformidades: na mesma licença refere-se 99-EU-27, (acima referenciado) e o veículo 35-EG-87, cuja licença curiosamente também caducou não sendo claro a que veículo corresponde"; -----
 - "O que não impediu de a identidade proponente deste segundo veículo (35-EG-87) no concurso do circuito nº 16, o que é manifestamente incompatível com o trajecto e horários, se for considerado o mesmo veículo a fazer o circuito"; -----
 - "Ora, salvo melhor opinião que sempre se respeitará, tal implica a invalidade do respectivo documento por falsificação, daí advindo as consequências no artigo 33 do Programa de Procedimento, no que ao circuito nº 19 respeita"; -----
 - "Do mesmo modo, estas consequências deveram ser assacadas das irregularidades do circuito nº 16"; -----
 - "Mesmo não sendo à falsificação considerada foi feita uma proposta para o circuito nº19 com um veículo cuja licença de matrícula se encontra caducada"; -----
 - "Nestes termos deverá ser considerada inválida a adjudicação do circuito nº 19, sendo tal circuito adjudicado ao segundo classificado, o aqui reclamante". -----
 - Em síntese, o concorrente, ora exponente, invoca em defesa da sua posição subjectiva no âmbito do presente procedimento, os seguintes argumentos: -----
 - a) "O circuito nº19 foi adjudicado ao Centro de Bem Estar Social de Santo Estevão, com sede na Freguesia de Santo Estevão, Concelho de Chaves, levantando-se dúvidas sobre a sua legalidade, pois o Centro de Bem Estar Social de Santo Estevão, não possui Alvará para o exercício da actividade de Transporte; -----
- Os estatutos dessa entidade não preverem tal objecto como segunda actividade ou acessória, conforme se poderá constatar pelo documento anexo, como doc.1. não podendo concorrer a quaisquer concursos públicos para prestação de serviços de transporte terrestre de alunos em circuito especial; -----
- Não poderá, pois uma entidade desprovida desse objecto possuir tal licenciamento, condição prevista no concurso público ora em crise, na alínea e), do número 1, do artigo 14º do Programa de Procedimento"; -----
- b) "Ora, salvo melhor opinião que sempre se respeitará, tal implica a invalidade do respectivo documento por falsificação, daí advindo

as consequências no artigo 33 do Programa de Procedimento, no que ao circuito nº 19 respeita"; -----
Mesmo não sendo a falsificação considerada foi feita uma proposta para o circuito nº19 com um veículo cuja licença de matrícula se encontra caducada"; -----

c) "Nestes termos deverá ser considerada inválida a adjudicação do circuito nº 19, sendo tal circuito adjudicado ao segundo classificado, o aqui reclamante." -----

3 - O concorrente João Manuel Teixeira Rebelo, apresentou, via Vortal, e já fora do prazo da audiência prévia, apresentou as seguintes alegações: -----

"O Centro de Bem Estar Social de Stº Estevão apresentou aos circuitos nº17, nº19 e nº33, valor de proposta anormalmente baixa, devendo ser excluída a proposta"; -----

"O Transporte de alunos deve ser feito por pessoas que tenham capacidade Profissional, Alvará de Transporte Colectivo e certificado de aptidão Profissional de motorista. Caso não apresentar estes requisitos, vou ser o primeiro a denunciá-los." ---

II - Do dever de ponderação das alegações apresentadas -----

1 - O concorrente Alberto Afonso Cabeleira apresentou propostas aos circuitos nº 20, 21 e 34, tendo sido concorrente único aos referidos circuitos. -----

Considerando que em termos de compatibilidade de horários, só era possível a adjudicação de um circuito, o júri decidido atribuir ao referido concorrente o circuito nº20, por motivos de no ano lectivo anterior ter realizado, em condições satisfatórias, o circuito em questão. -----

O concorrente Alberto Afonso Cabeleira diz estar interessado na realização do circuito nº21 em detrimento do circuito nº 20. -----

Considerando que o Transportador Alberto Afonso Cabeleira é concorrente único ao circuito nº21 e que não se verificam alterações das condições contratuais, o júri deliberou por unanimidade e nos termos consignados nos artigos 146º e 148º do código dos contratos Públicos, modificar o teor do relatório preliminar, no sentido de adjudicar o circuito nº21 ao concorrente Alberto Afonso Cabeleira em detrimento do circuito nº 20. -----

2 - O concorrente Manuel Joaquim dos Santos Gonçalves apresenta, no seu requerimento de participação, uma série de argumentos que merecem, da parte do Júri, os seguintes esclarecimentos em vista à adequada fundamentação da decisão final a adoptar sobre a matéria, a saber: -----

2.1) O Centro de Bem Estar Social de Stº Estevão é uma Associação, com sede no lugar e Freguesia de Santo Estevão, beneficiando do Estatuto de pessoa colectiva de utilidade pública por declaração publicada no Diário da República - terceira Série, de vinte e nove de Janeiro de mil novecentos e noventa e nove; -----

2.2) A referida Associação é uma candidata habitual aos concursos públicos lançados pelo Município de Chaves, para a adjudicação de circuitos especiais e já realiza transportes escolares há mais de dez anos para este Município, em virtude da Portaria nº766/84, de 27 de Setembro, que estabelece as regras a que deverão obedecer os concursos para adjudicação de circuitos especiais, na sua alínea d), do ponto 2.2, nº2, referir que ao Concurso Público podem candidatar-se para a adjudicação de circuitos especiais "Pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública e cooperativas de ensino que à data da abertura de concurso disponham já de veículos adequados para o efeito." -----

2.3) Com a entrada em vigor da Lei nº13/2006 de 17 de Abril, que define o regime jurídico do transporte colectivo de crianças e jovens até aos 16 anos e que se aplica ao transporte de crianças realizado em automóvel ligeiro ou pesado de passageiros, público ou particular, efectuado como actividade principal ou acessória e da Portaria nº1350/2006, de 27 de Novembro, que procede à regulamentação da referida Lei, a Divisão de Educação e Desporto do Município de Chaves, em 18 de Abril de 2007, colocou à Direcção Geral de Transportes Terrestres, (actual IMTT) via email, a seguinte questão: "Uma IPSS que tem por escopo da sua actividade "a instalação de um lar, apoio à infância e Juventude..." necessita de licenciamento para efectuar o transporte de crianças?" ----- Sequencialmente, veio a ser prestada a seguinte resposta pelo referido organismo, a saber: "As IPSS para poderem realizar o transporte de crianças necessitam apenas de licenciar o veículo, dado que o transporte que realizam é a título acessório". (Documento que se junta em anexo à presente acta). -----

2.4) O Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, adiante designado por IMTT, na sua página Web, e no que respeita aos Transportes Colectivos de Crianças refere que "é permitido exercer a actividade a entidades que efectuem transporte colectivo de crianças como complemento ou acessório da sua actividade principal, desde que façam prova de que se encontram devidamente constituídas e de que a actividade principal implica o transporte de crianças." ----- No que respeita ao licenciamento de veículos, refere que "as Empresas titulares de alvará emitidos pelo IMTT, bem como as entidades que efectuem transporte colectivo de crianças como complemento ou acessório da sua actividade principal, podem licenciar veículos com idade até 16 anos, a contar da data da 1ª matrícula." -----

Refere ainda que o pedido de licenciamento de veículo deve ser instruído por vários documentos, entre eles fotocópia dos estatutos da entidade, no caso de transporte como complemento ou acessório; --

2.5) Compulsados os Estatutos da referida Associação, documento remetido pelo concorrente em questão, verifica-se que, no âmbito das actividades desenvolvidas pelo Centro de Bem Estar e Social de Stº Estevão, encontra-se o "Apoio à Infância e juventude", o que dá legitimidade à referida Associação de realizar transporte de crianças e prova disso é a emissão, ao referido Centro, de vários títulos de licenciamento de veículos, por parte do IMTT, entidade responsável pela emissão das referidas licenças; -----

2.6) A alínea d), do artigo 5º, do Programa de Procedimento, do presente Concurso Público "Prestação de serviços de transporte terrestre de alunos, em circuitos especiais para o ano lectivo 2010/2011", no que respeita aos concorrentes, refere que podem apresentar propostas "Pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública e cooperativas de ensino que, à data de abertura de concurso, disponham de veículos adequados, para o efeito, e cuja actividade principal implique a deslocação de crianças nos termos definidos no artigo 1º da Lei nº 13/2006, de 17 de Abril; -----

2.7) O Centro de Bem Estar e Social de Santo Estevão, apresentou ao concurso público sete viaturas licenciadas e uma em fase de licenciamento, tendo apresentando propostas para nove circuitos especiais. -----

Foram adjudicados, provisoriamente, ao aludido Centro, sete circuitos, com as viaturas correspondentes: -----

Concorrente	Circuito	Viatura
-------------	----------	---------

	nº	(matricula)
Centro Bem Estar e Social de Sto Estevão	16	35-RG-87
	17	24-CX-60
	19	99-EU-27
	27	67-26-SR
	29	31-IN-60
	30	71-39-HU
	33	94-IG-32

O júri verificou que, na apresentação dos documentos referentes às licenças dos veículos em questão, por parte do Centro de Bem Estar e Social de Santo Estevão, houve uma troca dos cartões com os respectivos ofícios, quando procedeu à realização das respectivas fotocópias. No entanto, foi solicitado à referida Associação a apresentação dos documentos originais para verificação e ou confirmação do teor de tais documentos, tendo o júri verificado a veracidade e autenticidade dos mesmos. -----

De referir, ainda, que o actual procedimento foi colocado na Plataforma VORTAL, em 06 de Maio de 2010, e a referida caducidade coincide com o período em que os concorrentes interessados podem apresentar as suas propostas. -----

Assim, e pelo exposto, a Associação Centro de Bem Estar Social de Stº Estevão, no que respeita ao licenciamento da actividade de transporte colectivo de crianças, não carece de alvará, de acordo com a alínea a), do nº3, do artigo 1.º, da Portaria nº1350/2006 de 27 de Novembro, necessitando apenas de licenciar os veículos afectos ao transporte de crianças. -----

Saliente-se, por último, que a habilitação dos concorrentes, é feita no âmbito da celebração do correspondente contrato, sendo, nessa sede, exibidos, pelo Adjudicatário, todos os originais dos documentos instrutórios legalmente exigidos, incluindo as licenças dos veículos afectos aos circuitos adjudicados. -----

3. Sobre as alegações apresentadas pelo concorrente João Manuel Teixeira Rebelo e apesar de já terem dado entrada, nos termos legais, fora de prazo, o Júri esclarece, sobre matéria aparentemente controvertida, o seguinte: -----

3.1- A alínea b), do nº1, do artigo 71.º, do Código dos Contratos Públicos, refere que "quando o preço base for fixado no caderno de encargos, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 50% ou mais inferior àquele". Os preços apresentados pelo Centro de Bem Estar Social de Stº Estevão e pelos restantes concorrentes, constam no relatório preliminar e em nenhum preço apresentado é subsumível a tal pressuposto quantitativo, em vista a poder classificar a proposta como uma proposta anormalmente baixa. -----

Relativamente à obrigatoriedade de alvará de transporte colectivo, por parte da referida Associação, o júri entende que essa questão já se encontra suficientemente esclarecida na resposta, anteriormente, dada relativamente às alegações apresentadas pelo Concorrente Manuel Joaquim dos Santos Gonçalves. -----

No que respeita à questão do certificado de aptidão profissional de motorista, mais uma vez o júri remete a apreciação de tal questão para o disposto, sobre a matéria, na Lei nº13/ 2006, de 17 de Abril, prevendo-se no seu artigo 26º, expressamente, o seguinte: "No transporte de crianças a título acessório, às pessoas colectivas sem fins lucrativos, cujo objecto social é a promoção de actividades

culturais, recreativas, sociais e desportivas, não são aplicáveis os artigos 6.º. excepto a alínea b) do nº1, 8.º e 13.º, desde que o automóvel utilizado não tenha uma lotação superior a nove lugares, incluindo o do motorista." -----

Assim, ao Centro de Bem Estar Social de Stº Estevão é exigido que a condução de automóveis afectos ao transporte de crianças seja efectuada por motoristas com experiência de condução de, pelo menos, dois anos; de acordo com a alínea b), do nº1, do artigo 6.º, da referida Lei. -----

III - Da Decisão Final -----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enumeradas, o júri deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

a) Julgar procedentes as alegações apresentadas pelo concorrente, Alberto Afonso Cabeleira, em sede de audiência dos interessados, referente à adjudicação do circuito nº21 em detrimento do circuito nº20; -----

b) Julgar improcedentes as alegações apresentados pelo concorrente Manuel Joaquim dos Santos Gonçalves, relativos à adjudicação do circuito nº19 ao Centro de Bem Estar Social de Stº Estevão, não sendo as mesmas susceptíveis de modificar o sentido de decisão perfilhado no relatório preliminar de dezanove de Julho, de dois mil e dez; -----

c) Julgar improcedentes as alegações apresentadas, fora de prazo, pelo concorrente João Manuel Teixeira Rebelo; -----

d) Tornar definitivo, para efeitos de adjudicação, o sentido de adjudicação exposto no relatório preliminar - sentido de adjudicação -, remetendo-se o mesmo - relatório final - à entidade competente para autorizar a despesa, no caso, à Câmara Municipal; -----

e) Propor que seja celebrado o contrato escrito, da presente adjudicação, aos seguintes concorrentes nos termos do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos: -----

Circuitos	CONCORRENTES	PREÇO
1	Transcolvia	104.00€/dia
2	Auto Viação do Tâmega	110.00€/dia
3	Auto Viação do Tâmega	110.00€/dia
5	Transcolvia	104.00€/dia
7	Transcolvia	120.00€/dia
9	Transcolvia	100.00€/dia
10	Auto Viação do Tâmega	100.00€/dia
11	Auto Viação do Tâmega	60.00€/dia
12	Manuel do Couto	0.55€/km
14	Joaquim Morais - Sociedade de Táxis	0.47/km
16	Centro Bem Estar Social Sto Estevão	0.50€/km (+60km/dia)
17	Centro Bem Estar Social Sto Estevão	0.40€/km
18	Táxi Herculano e Filhos, Lda	0.58€/km
19	Centro Bem Estar Social Sto Estevão	0.40€/km
21	Alberto Afonso Cabeleira	0.60€/km (+20km/dia)
25	Zeferino Pereira Morais	0.60€/km
26	Victor Manuel Couto Vieira	0.50€/km
27	Centro Bem Estar Social Sto	0.55€/km

	Estevão	
28	Manuel Joaquim Santos Gonçalves	35.00€/dia
29	Centro Bem Estar Social Sto Estevão	0.45€/km
30	Centro Bem Estar Social Sto Estevão	0.45€/km
31	Joaquim Morais - Sociedade de Táxis	0.45€/km
32	José Barreira Dias	0.55€/km
33	Centro Bem Estar Social Sto Estevão	0.40€/km

f) Que sejam aprovadas as minutas dos contratos, em anexo, nos termos do nº 2 do artigo 98º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos; -----

g) Por último, nos termos do nº 4 do artigo 126º do citado Código, que sejam concedidos 15 dias aos adjudicatários para apresentarem os documentos de habilitação referidos nas alíneas d), e) e i) do artigo 55º do mesmo Código. -----

Nada mais havendo a tratar, elaborou-se o presente relatório, o qual vai ser assinado pelos membros do júri. -----

O júri -----

Lídia Felisbela da Silva Pereira Pinto Dra. -----

Márcia Raquel Silva Ramos Barreira Santos, Dra. -----

Tânia Raquel Pires Oliveira, Dra. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.08.06. -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o Relatório Final supra. Proceda-se em conformidade com o teor do mesmo. Notifique-se. -----

XII

EMPRESAS MUNICIPAIS

XIII

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. PAGAMENTO DE INDEMNIZAÇÃO - COLOCAÇÃO DE REDE DE VEDAÇÃO NO PARQUE DE CAMPISMO DO REBENTÃO. REQUERENTE: ANTÓNIO CASTANHEIRA GONÇALVES. PROPOSTA Nº. 59/GAPV/2010 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Antecedentes e Justificação -----

1. Através do requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos deste Município nº. 3875, de 2010-03-09, veio o requerente António Castanheira Gonçalves, solicitar o pagamento de

indemnização, no valor de 5.000€, pela colocação de rede de vedação no Parque de Campismo do Rebentão;¹² -----

2. Tendo em conta o requerimento supra identificado, solicitou, o Departamento de Administração Geral, através do despacho do Director de Departamento, datado do pretérito dia 2010-06-28, informação escrita à unidade orgânica competente - DRO - comprovativa da colocação da rede em causa; -----

3. Na sequência do despacho supra mencionado, a Divisão de Recursos Operacionais, através da informação n.º.90/DRO/2010, produzida em 2010-07-02, veio confirmar que a referida rede, com 1.83m de altura e 900 m de comprimento, se encontra colocada desde há vários anos, na Quinta do Rebentão, Quinta essa que integra o domínio privado da Autarquia dando, simultaneamente, parecer favorável sobre o valor económico proposto para a rede de vedação em causa, ou seja, 5.000€.

II - Proposta em sentido estrito -----

Assim, em coerência com as razões supra enunciadas e à luz das competências legalmente fixadas na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, tomo a liberdade de sugerir ao executivo camarário a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que seja aprovado o pagamento do valor acima identificado, a título de indemnização, pela colocação da rede em causa, devendo a referida despesa ser suportada através da seguinte rubrica orçamental: 0602030501; -----

b) Que, caso a presente proposta venha a merecer a concordância do Órgão Executivo Municipal, se notifique o ora requerente da decisão que vier a ser tomada sobre o assunto; -----

c) Por último, dever-se-á remeter a mesma à Divisão de Gestão Financeira Económica e Patrimonial, para ulterior operacionalização. Chaves, 09 de Agosto de 2010 -----
O Presidente da Câmara Municipal, -----
(Dr. João Batista) -----

Em anexo: O respectivo processo administrativo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO. REQUERENTE: ALTAMIRO DA RESSURREIÇÃO CLARO. INFORMAÇÃO N.º. 11/DGFEP/2010 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

A Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, remeteu para este sector, exposição apresentada pelo Dr. Altamiro da Ressurreição Claro, na qual responsabiliza o Município, pelos danos causados na sua viatura Nissan 57-70-HB, provocados pela projecção de uma pedra do corta relvas. -----

Na sequência da exposição apresentada, e posterior confirmação da Divisão responsável, foram considerados prejuízos no valor de 176,18€ (cento e setenta e seis euros e dezoito cêntimos). -----

Como o sinistro não se enquadra nas coberturas contratuais da Apólice de Responsabilidade Civil, dado o valor da franquia 250€ (duzentos e cinquenta), o Município deverá liquidar directamente ao

¹² Refira-se que, sobre a matéria objecto do requerimento ora em apreciação, correu seus termos processo judicial no Tribunal de Chaves - 1.º Juízo Proc. n.º. 965/06.9TBCHV -, tendo sido, o Município de Chaves, absolvido do pedido em causa. -----

lesado, o valor de 176,18€ (cento e setenta e seis euros e dezoito cêntimos). -----

À consideração superior. -----

Chaves, 9 de Agosto de 2010 -----

A Assistente Técnica -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO DE 2010.08.11. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a material. À consideração superior. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA, DE 2010.08-11. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XIV DIVERSOS

1. LANÇAMENTO DE FOGO DE ARTIFÍCIO. REQUERENTE: ANA MARIA PEREIRA FERREIRA. LOCAL: PARADELA DE MONFORTE. INFORMAÇÃO Nº 87/DASU/GTF/2010. PARA RATIFICAÇÃO. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 10317/10, datado de 29-07-2010, em nome da Sra. Ana Maria Pereira Ferreira, contribuinte n.º 268173567, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Lugar da Penha, povoação de Paradela de Monforte, freguesia de Paradela de Monforte, deste concelho. -----

O fogo-de-artifício será lançado no período das 24:00 h, do dia 07-08-2010, até às 00:15 h do dia 08-08-2010. -----

Legislação em vigor -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29 º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2010, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 269/2010 de 17 de Maio). -----

Parecer -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se: -----

1. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3 - espaços agro-florestais e subcategoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos (RAN); -----

2. O fogo-de-artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente

habilitados para este fim, conforme declara a firma "Pirotécnica Armando Vieira, Lda"; -----

3. A zona de lançamento do fogo de artifício apresenta vegetação herbácea de porte e densidade reduzido, conferindo-lhe baixa perigosidade (carta em anexo); -----

4. A zona envolvente, direcção Nordeste a Sudeste caracteriza-se por áreas agrícolas devidamente agricultadas (Vinhas, áreas de cereais e um terreno de pousio) apresentando baixa a muito baixa perigosidade. De Sudeste a Nordeste depara-se com o Santuário o qual, actualmente, se encontra com baixa carga combustível, conferindo-lhe baixa perigosidade; -----

5. A área florestal mais próxima, a Norte da zona de lançamento, dista aproximadamente 50 metros apresentando algum sub-coberto de média dimensão; -----

6. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia assegurem as condições que se enumeram: -----

1. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva na área onde será lançado o fogo de artifício e numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; -----

2. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----

3. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----

4. Abortar o lançamento do fogo de artifício na presença de ventos fortes; -----

5. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 02 de Agosto de 2010 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

Anexo: -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Pirotecnica Armando Vieira, Lda"; --

■ Credencial da firma "Pirotecnica Armando Vieira, Lda"; -

■ Extracto da planta de ordenamento do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

■ Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.08.03. -----

Autorizo nas condições propostas. À reunião de Câmara para ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara, praticado em 2010.08.03. -----

2. LANÇAMENTO DE FOGO DE ARTIFÍCIO. REQUERENTE: ANTONIO AGOSTINHO PEREIRA FERREIRA. LOCAL: BOBADELA DE MONFORTE. INFORMAÇÃO N.º. 88/DASU/GTF/2010. PARA RATIFICAÇÃO -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 10297/10, datado de 29-07-2010, em nome do Sr. António Agostinho Pereira Ferreira, contribuinte n.º 194199207, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Lugar das Adeias (junto à Escola), povoação de Bobadela, freguesia de Bobadela, deste concelho. -----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário: -----
Dia 14/08/2010 -----

■ 23:30 - 24:30 h -----

Legislação em vigor -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29.º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2010, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 269/2010 de 17 de Maio). -----

Parecer -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se: -----

7. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 1 - espaços Urbanos e Urbanizáveis, na categoria 1.3 - Outros Aglomerados; -----

8. O fogo de artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Pirotécnica Armando Vieira, Lda"; -----

9. A zona de lançamento do fogo de artifício caracteriza-se por áreas agrícolas (espaço rural) e baixa a muito baixa perigosidade (carta em anexo); -----

10. A zona envolvente caracteriza-se por zonas de cultivo apresentando baixa perigosidade (carta em anexo). A cerca de 120 metros deparamo-nos com uma zona de elevada perigosidade (Área de Mato); -----

11. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram: -----

6. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva na área onde será lançado o fogo de artifício e numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; -----

7. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congêneres); -----
 8. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; -----
 9. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----
 À consideração Superior -----
 Chaves, 2 de Agosto de 2010 -----
 O Técnico Superior -----
 (Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

Anexo: -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----
 ■ Declaração da firma "Pirotecnica Armando Vieira, Lda"; --
 ■ Credencial da firma "Pirotecnica Armando Vieira, Lda"; -
 ■ Extracto da planta de ordenamento do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----
 ■ Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----
 ■ Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.08.03. -----

Autorizo nas condições propostas. À reunião de Câmara para ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara, praticado em 2010.08.03. -----

3. LANÇAMENTO DE FOGO DE ARTIFÍCIO. REQUERENTE: GIL IGREJAS RAMOS. INFORMAÇÃO Nº 89/DASU/GATF/2010. PARA RATIFICAÇÃO. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 10144/10, datado de 27-07-2010, em nome do Sr. Gil Igrejas Ramos, contribuinte n.º 220613820, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Largo do Campo, povoação de Lamadarcos, freguesia de Lamadarcos, deste concelho. -----

O fogo-de-artifício será lançado durante os dias 8 e 9 de Agosto de 2010. -----

Legislação em vigor -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29.º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2010, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 269/2010 de 17 de Maio). -----

Parecer -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se: -----

12. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 4 - espaços agrícolas e florestais, na categoria 4.3 - espaços agro-florestais e subcategoria 4.2.A - espaços agrícolas defendidos (RAN); -----

13. O fogo de artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Paio - Fogo de Artifício"; -----

14. A zona de lançamento do fogo de artifício caracteriza-se por áreas agrícolas (espaço rural) e baixa a muito baixa perigosidade (carta em anexo); -----

15. A zona envolvente caracteriza-se por zonas de cultivo apresentando baixa a média perigosidade (carta em anexo); -----

16. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram: -----

10. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva na área onde será lançado o fogo de artifício e numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; -----

11. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----

12. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; ---

13. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 2 de Agosto de 2010 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

Anexo: -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Paio - Fogo de Artifício"; -----

■ Credencial da firma "Paio - Fogo de Artifício"; -----

■ Extracto da planta de ordenamento do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

■ Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

■ Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.08.03. -----

Autorizo nas condições propostas. À reunião de Câmara para ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara, praticado em 2010.08.03. -----

4. LANÇAMENTO DE FOGO DE ARTIFÍCIO. REQUERENTE: JORGE NORBERTO DA COSTA PEREIRA. INFORMAÇÃO N.º 91/DASU/GTF/2010. PARA RATIFICAÇÃO. --

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

Serve a presente informação para dar resposta ao rogado no requerimento, registado nesta autarquia com o n.º 10548/10, datado de 03-08-2010, em nome do Sr. Jorge Norberto da Costa Pereira, contribuinte n.º 180270907, o qual solicita a autorização para o lançamento de fogo-de-artifício no Largo de Santo António, povoação de Nogueira, freguesia de Nogueira da Montanha, deste concelho. ----

O fogo-de-artifício será lançado no seguinte horário: -----

Dia 07/08/2010 -----

■ 00:00 - 00:15 h -----

■ 18:00 - 18:15 h -----

■ 20:00 - 21:00 h -----

Dia 08/08/2010 -----

■ 00:00 - 01:00 h -----

■ 08:00 - 08:15 h -----

■ 15:00 - 15:30 h -----

■ 20:00 - 21:00 h -----

Legislação em vigor -----

O lançamento de foguetes e outras formas de fogo está condicionado ao disposto no n.º 1 e 2 do artigo 29.º, do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de Janeiro, os quais se enumeram: -----

1 - Durante o período crítico não é permitido o lançamento de balões com mecha acesa e de quaisquer tipos de foguetes. -----

2 - Em todos os espaços rurais (espaços florestais e agrícolas), durante o período crítico, a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos, que não os indicados no número anterior, está sujeita à autorização prévia da respectiva Câmara Municipal. -----

3 - O período crítico, no ano de 2010, vigora de 1 de Julho a 15 de Outubro (Portaria 269/2010 de 17 de Maio). -----

Parecer -----

Atendendo à planta apresentada pelo requerente, à declaração do fogueteiro e à avaliação do local, pelos competentes Serviços Municipais, informa-se: -----

17. O local de lançamento do fogo insere-se na classe 1 - espaços Urbanos e Urbanizáveis, na categoria 1.3 - Outros Aglomerados; -----

18. O fogo de artifício requerido para esta festividade não produz recaída incandescente, sendo este lançado por técnico devidamente habilitados para este fim, conforme declara a firma "Pirotécnica Armando Vieira, Lda"; -----

19. A zona de lançamento do fogo de artifício caracteriza-se por áreas agrícolas (espaço rural) e baixa a muito baixa perigosidade (carta em anexo); -----

20. A zona envolvente caracteriza-se por zonas de cultivo apresentando baixa perigosidade (carta em anexo). A cerca de 150 metros deparamo-nos com uma zona de elevada perigosidade (Área de Mato); -----

21. Segundo Torrinha (1946), foguete é uma peça de fogo de artifício, composta de diversas bombas presas à extremidade de uma cana (Torrinha, F., 1946, Dicionário da Língua Portuguesa, Editorial Notícias, Porto). -----

Face à legislação em vigor e ao exposto, anteriormente, sou a propor que o executivo camarário conceda a autorização do lançamento do fogo de artifício, conforme solicitado no requerimento, sobre a

responsabilidade da Comissão de Festas e a Pirotecnia cumpram as condições que se enumeram: -----

14. Remoção total da vegetação herbácea e arbustiva na área onde será lançado o fogo de artifício e numa faixa exterior de protecção de largura mínima não inferior a 50 metros; -----

15. Assegurar a presença de uma viatura de combate a incêndios (Bombeiros, Associação Florestal e Ambiental do Concelho de Chaves, ou outra com meios humanos e materiais congéneres); -----

16. Impedir o lançamento de foguetes ou balões de mecha acesa; ----

17. O operador de pirotecnia deverá assumir as condições de operacionalidade do lançamento do fogo, nomeadamente a distância de segurança, de forma a garantir a não ignição de fogos em espaços florestais. -----

À consideração Superior -----

Chaves, 3 de Agosto de 2010 -----

O Técnico Superior -----

(Eng.º Sílvio José Sevivas Silva) -----

Anexo: -----

■ Requerimento referido na informação supra; -----

■ Declaração da firma "Pirotecnica Armando Vieira, Lda"; --

■ Credencial da firma "Pirotecnica Armando Vieira, Lda"; -

■ Extracto da planta de ordenamento do plano Director Municipal de Chaves com a representação das categorias e subcategorias de espaços referidos nesta informação; -----

■ Carta de perigosidade de incêndio florestal. -----

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO BATISTA DE 2010.08.03. -----

Autorizo nas condições propostas. À reunião de Câmara para ratificação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara, praticado em 2010.08.03. -----

XV

ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA

(Art.º83, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro
e ulteriores alterações)

1. EXECUÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA "RODOVIA DE ACESSO PRIORITÁRIO A24/HOSPITAL - LANÇO 1 (TROÇO 1 E 2) E RUA DA FONTE DO LEITE". -----

- 10ª RECTIFICAÇÃO À DELIBERAÇÃO DE 01/10/2009, QUE APROVOU A RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO. PROPOSTA N.º. 63/GAPV/2010 -----

O Presidente da Câmara, Dr. João Batista, propõe ao Executivo Municipal que, nos termos do disposto no artigo 83º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

Foi presente a propsta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Antecedentes e Justificação. -----

1. Ao abrigo da competência que lhe está legalmente confiada pela alínea c), do n.º 7, do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de

Janeiro, o Executivo Camarário em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 01 de Outubro de 2009, deliberou tomar resolução de expropriar e requerer a *Declaração de Utilidade Pública*, para efeitos de expropriação, das parcelas de terreno indispensáveis à concretização da obra **"Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2) e Rua da Fonte do Leite"**, resolução que veio a ser rectificada por deliberações do mesmo Órgão nos pretéritos dias 16 de Novembro, 07 e 21 de Dezembro de 2009, 18 de Janeiro, 15 de Março, 12 e 19 de Abril e 03 e 24 de Maio de 2010, no sentido de proceder à alteração ao "Mapa da Expropriações" inicialmente aprovado. -----

2. Tais alterações foram motivadas por reacções protagonizadas por alguns dos expropriados, face às notificações da resolução de expropriar, efectuadas em cumprimento do disposto no nº5, do Artigo 10º do Código das Expropriações (C.E.), aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações e, posteriormente, na sequência das notificações de que o respectivo pedido de Declaração de Utilidade Pública tinha sido enviado à Direcção-Geral das Autarquias Locais, onde foi registado com o nº 13.003.10/DMAJ, a fim de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Local, praticar o respectivo Despacho a declarar a utilidade pública da expropriação, autorizando, simultaneamente, a posse administrativa das respectivas parcelas, veio um considerável número de proprietários manifestar a sua concordância com a aquisição das respectivas parcelas sem necessidade de recurso à declaração de utilidade pública da expropriação. -----

3. No âmbito da execução do Plano de Pormenor da Fonte do Leite - PPFL -, e após diversos contactos com os proprietários das parcelas contíguas, conseguiu-se identificar, os proprietários da parcela número 51, e consequentemente a sua identificação matricial, iniciando-se assim os contactos tidos como necessários para a aquisição da parcela em causa. -----

4. Neste contexto, vieram aos serviços municipais respectivos - Sector de Contratos, Expropriações e Apoio ao Notariado - os proprietários das Parcelas números 13, 48, 51, e 53 participar em reuniões de trabalho, nas quais foram estabelecidas condições viabilizadoras da aquisição destas parcelas, pela via do direito privado, as quais respeitam o critério balizado pelo perito oficial, no parecer que lhe foi, oportunamente, solicitado no âmbito do presente procedimento expropriativo, e que se traduzem no seguinte:

Parcela n.º	Proprietário(s)	Valor e condições da aquisição
13	Ana Cristina Silva dos Santos de Sá	- Redução da área a expropriar de 105,26 m2, para 77,60m2, em conformidade com a proposta formulada pelos respectivos serviços municipais; - Aquisição da parcela pelo montante de € 1 742,12) - Reconstrução do muro existente, com as mesmas características do anterior, por parte do Município, prescindindo do valor que lhe foi atribuído, em sede de avaliação prévia
51	Herdeiros de Joaquina Machado	- Aquisição da parcela pelo montante de € 7.885,00

Quadro n.º1

5. Os proprietários das Parcelas nº48 e 53, propõe que o Município entre na posse destas parcelas, mediante a cedência antecipada ao domínio público municipal das áreas correspondentes a cada uma delas, no âmbito das operações urbanísticas que venham a concretizar nos respectivos prédios, contando as mesmas para o cálculo dos índices de construção, em conformidade com o disposto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, e nos seguintes termos: -----

Parcela Nº	Proprietário(s)	Identificação parcelar das cedências antecipadas	Título da aquisição
48 e 53	Avelino José Lavrador	<p>- Antecipação da cedência para arruamentos ao domínio público municipal, da área de 1.355,66 m2, no âmbito da operação urbanística a realizar nos prédios supra identificados, cuja planta de cedências se anexa ao presente documento;</p> <p>- Inclusão da área cedida no cálculo do índice de construção dos prédios em causa.</p>	<p>- Convénio urbanístico, identificando as parcelas e o fim e/ou destinação da cedência, ou seja, a execução da obra "Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2) e Rua da Fonte do Leite", de acordo com a planta parcelar de cedências, anexa à presente proposta.</p>

Quadro n.º2 -----

6. Neste contexto, e pelas razões acima expostas, deverá ser rectificado o "Mapa de Expropriações", que instruiu a Proposta n.º 101/GAPV/09, devidamente sancionado pelo Executivo Camarário em sua reunião do passado dia 01/10/2009, e rectificado pelas deliberações do mesmo Órgão supra referidas, passando o mesmo a reflectir as alterações acima descritas, ou seja, que as citadas parcelas nº 13, 48, 51 e 53 deixem de constar do "Mapa de Expropriações", dado existirem condições viabilizadoras de aquisição das mesmas, sem recurso à declaração de utilidade pública da expropriação. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito. -----

Assim, e tendo em linha de conta o disposto na alínea c), do nº 7, do artigo 64º, da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara Municipal, Órgão Executivo da Autarquia, propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação, neste sentido, tomo a liberdade de sugerir ao Executivo Camarário a aprovação da seguinte proposta: -----

a) Que, ao abrigo do Artigo 83º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, reconheça a urgência de tomar deliberação sobre este assunto, urgência essa, intrinsecamente ligada ao carácter urgente do procedimento expropriativo e à obtenção da DUP, reforçado pela necessidade de assegurar o mais

rapidamente possível a posse administrativa da totalidade das parcelas, de modo a poder dar continuação à execução da obra; -----

b) Que o Executivo Camarário, ao abrigo do disposto no Artigo 10º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, rectifique a deliberação de 01 de Outubro de 2009, a qual determinou a resolução de expropriar enquanto acto preparatório indispensável à obtenção da declaração de utilidade pública com vista à expropriação das parcelas de terreno necessárias à execução da obra denominada **"Rodovia de Acesso Prioritário A24/Hospital - Lanço 1 (Troço 1 e 2) e Rua da Fonte do Leite"**, anexando-se, para o efeito, novo "Mapa de Expropriações", devidamente rectificado, no que respeita à identificação das parcelas a expropriar; -----

c) Que seja autorizada a aquisição, pela via do direito privado, da parcelas n.º 13 e 51, nas condições constantes do quadro sinóptico n.º1 antecedente, deixando as mesmas de constar do aludido mapa de expropriações, devendo o respectivo contrato - escritura - ser formalizado pelo Notário Privativo da Autarquia, em conformidade com o disposto no Artigo 875º do Código Civil, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º116/2008, de 4 de Julho, conjugado com o Artigo 11º do C.E., logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias para o efeito, ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar o respectivo contrato; -----

d) Que as parcelas identificadas com os n.º48 e n.º53, no mapa de expropriações e planta cadastral do presente procedimento expropriativo, venham a integrar, no futuro, o domínio público municipal, no âmbito da promoção das correspondentes operações urbanísticas e mediante a celebração de convénios urbanísticos com os respectivos proprietários dos prédios sobre os quais se projecta a construção da via municipal em causa, em conformidade com o disposto na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, documentos, a elaborar, cujas normas disciplinadoras deverão ser submetidas à apreciação do executivo camarário numa próxima reunião deste Órgão; -----

e) Por fim, caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Camarário, deverá o Presidente da Câmara, em sede de execução de tal decisão, remeter a respectiva documentação à DGAL, de acordo com tal rectificação, com vista à prossecução da instrução do processo a requerer, ao respectivo membro do Governo, a obtenção da D.U.P. para as parcelas números 4, 5. -----
Chaves, 16 de Agosto de 2010. -----

O Presidente da Câmara, -----
Dr. João Batista -----

Em Anexo: -----

- 2 Acordos de Aquisição Amigável. -----

- 1 Planta de cedências ao domínio público; -----

- Mapa de expropriações e cabimento de verba rectificadas. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram dezasseis horas, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

Presidente:

Secretário:
